



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**KALLYNNE GUIMARÃES DA SILVA**

**SERVIÇO SOCIAL E DEBATE ÉTNICO-RACIAL: UMA ANÁLISE DOS  
PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DE CURSOS – PPC DAS UNIDADES DE  
FORMAÇÃO ACADÊMICA – UFA EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO NORTE  
DA ABEPSS**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2022**

**Kallynne Guimarães da Silva**

**Serviço Social e debate étnico-racial: uma análise dos projetos político-pedagógicos de cursos – PPC das unidades de formação acadêmica – UFA em serviço social da região norte da ABEPSS**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Profa. Dra. Rosemeire dos Santos

Miracema do Tocantins, TO

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- S586s Silva, Kallynne Guimarães.  
Serviço Social e debate étnico-racial: uma análise dos projetos político-pedagógicos de cursos – PPC das unidades de formação acadêmica – UFA em serviço social da região norte da ABEPSS. / Kallynne Guimarães Silva. – Miracema, TO, 2023.  
63 f.  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2023.  
Orientadora : Rosemeire dos Santos  
1. Serviço Social. 2. Questão étnico-racial. 3. Formação Profissional. 4. Diretrizes Curriculares. I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**


KALLYNNE GUIMARÃES DA SILVA

SERVIÇO SOCIAL E DEBATE ÉTNICO-RACIAL: UMA ANÁLISE DOS  
PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DE CURSOS – PPC DAS UNIDADES DE  
FORMAÇÃO ACADÊMICA – UFA EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO NORTE DA  
ABEPSS

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de Serviço Social foi avaliado para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.


Data de aprovação: 29 / 12 / 2023

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente  
 ROSEMEIRE DOS SANTOS  
Data: 29/12/2022 10:42:09-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>


---

Prof. Dra. Rosemeire dos Santos, orientadora, UFT

Documento assinado digitalmente  
 MARIA RAIMUNDA PENHA SOARES  
Data: 06/01/2023 09:38:37-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Prof. Dr. Dra. Maria Raimunda Penha Soares,  
examinadora externa, UFF

Documento assinado digitalmente  
 RAI VIEIRA SOARES  
Data: 20/01/2023 13:15:12-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Prof. Me. Raí Vieira Soares, examinadora, UFT

Dedico este trabalho aos meus pais, Luiz José da Silva e Lidiane Guimarães de Oliveira. As minhas irmãs Joyce e Yorrana e ao meu irmão Luiz Inácio e aos meus amigos/as pelo apoio e incentivo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter sido meu guia e sustento ao longo desta caminhada.

Aos meus pais Luiz e Lidiane por todo apoio, incentivo e por me mostrar a importância da educação.

As minhas irmãs Joyce, Yorrana, Kássia em especial ao meu irmão Luiz Inácio por me acompanhar em um dos momentos mais difíceis.

A minha prima Gleiciane que me ajudou ainda quando estava no IFTO e continuou a ajudar quando entrei na UFT.

A minha prima Beatriz pelas conversas que sempre deixavam meu coração quentinho.

A dona Vanusia e Dagmar pelos cuidados nos momentos difíceis que passei neste último ano e por todos os conselhos dados.

Aos meus amigos/as de longa data, Franciane de Sousa, Alex Thyerry, Will Lira, Almerinda e Tamires pela amizade, companheirismo, pelas risadas, pelas palavras de apoio, pelo acolhimento nos momentos desesperadores, pelos desabafos e por se alegrarem comigo em cada conquista.

Aos amigos/as que fiz na UFT, Eryka, Kannanda, Rosi Fernandes, Carlos, Ingrithy, Hélia e Mauricio pelas conversas, desabafos, amparos, risadas e todos os debates e trocas de ideias.

A dona Neide e seu Neri que me acolheram na cidade e por todos os cuidados.

A Ana Júlia e sua família pelo acolhimento nos dias difíceis, pelos puxões de orelha, pelos conselhos e por todo amor.

A dona Vanusia e a dona Dagmar pelos conselhos, acolhimento e todos os cuidados nesse último ano

A professora Mariléa pelo acolhimento, as trocas e debates de ideia, pelo incentivo de sempre buscar mais conhecimento e por me mostrar que é possível me tornar uma boa profissional.

A minha orientadora Rosemeire dos Santos por aceitar o desafio de me orientar, pelos puxões de orelha e por me dar uma direção quando me encontrei perdida.

Ao professor Raí Vieira pelas aulas maravilhosas e por incentivar a busca por mais conhecimento.

A professora Rai Soares que tive o privilégio de conhecer durante a pandemia, quando esta abriu algumas vagas para receber estudantes de outras universidades, foi uma experiência

única, conheci novos autores que discutiam raça, tive a oportunidade de trocar experiência com outros estudantes.

E por último e não menos importante, quero agradecer a mim mesma, pela força e coragem ao longo desses anos, pela dedicação e por não ter desistido apesar das dificuldades.

A todos que contribuíram e continuam contribuindo para meu crescimento pessoal e profissional os meus sinceros agradecimentos.

Eu canto os teus pesadelos. A lida diária do teu ganha pão. Eu canto a miséria de tuas senzalas. Eu canto as mazelas das salas de aula. Num canto guerreiro do Jalapão. Eu canto a força da tua negritude. Teu santo guerreiro, o tronco e o porão. Eu canto o silêncio dos inocentes. Dos escravos e dos seus descendentes. Eu canto as mazelas da minha nação. Eu canto a morte diária e a bala perdida. O sangue no asfalto da periferia. Eu canto a favela e o amargo desgosto. O suor no sol de agosto. Eu canto o sal da terra que ardia. Eu canto a razão da voz que entala. Eu canto a mala do dinheiro roubado. Eu canto o afago do teu povo aflito. Eu canto, eu choro, eu grito. Eu sou os conflitos do teu desabafo. Eu canto as mazelas da minha nação. Eu canto as migalhas do teu dia a dia. Eu canto a fome na senzala, a tua prisão. Eu canto e luto com calos nas mãos. Mas não calo meu canto que é de rebeldia.

(Chico Duarte, o silêncio dos inocentes)



## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo analisar os Projetos Político-Pedagógicos de Curso – PPC, no que tange ao debate étnico-racial na formação profissional em Serviço Social das Unidades de Formação Acadêmicas – UFA federais da região norte, seguindo a divisão regional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, sendo assim, os cursos de Serviço Social escolhidos para esses estudo são das Universidades Federais do Maranhão, Tocantins, Amazonas, Pará e Piauí. A proposta de análise qualitativa se desenvolve acerca de verificar como as UFA apresenta o debate étnico-racial na formação em Serviço Social na região norte. O interesse pelo tema para esse trabalho se desenvolve a partir de inquietações acerca do exercício da prática profissional, tendo em vista que, a formação social e cultural brasileira e a discussão étnico-racial na sociedade por muito tempo não foram pautas dentro da formação em Serviço Social. Nesse sentido, chega-se à contemporaneidade com uma escassez de discussões teórico e crítico sobre a questão étnico-racial, no interior da profissão em Serviço Social, colocando vários desafios para a compreensão das demandas que chegam até os espaços sócio ocupacionais da profissão, que exigem a compreensão das relações sociais a partir do imbricamento de classe social, raça/etnia, e gênero, em que sem essa compreensão o entendimento das expressões da ‘questão social’, ficam limitadas.

**Palavras-chaves:** Serviço Social. Questão étnico-racial. Formação Profissional. Diretrizes Curriculares.

## **ABSTRACT**

This Course Completion Work aims to analyze the Course Pedagogical Projects - PPC, with regard to the ethnic-racial debate in professional training in Social Work of the Federal Academic Training Units - UFA of the northern region, following the regional division of Association for Teaching and Research in Social Work – ABEPSS, so the Social Work courses chosen for this study are from the Federal Universities of Maranhão, Tocantins, Amazonas, Pará and Piauí. The proposal of qualitative analysis is developed around verifying how the UFA present the ethnic-racial debate in the training in Social Work in the northern region. The interest in the theme for this work develops from concerns about professional practice, considering that, due to the Brazilian social and cultural formation, the ethnic-racial discussion in society, as well as in-service training, was not placed on the agenda. society for many years. In this sense, contemporaneity comes with a lack of theoretical and critical discussions on the ethnic-racial issue, within the profession of social work, posing several challenges for the understanding of the demands that reach the socio-occupational spaces of the profession, which require the understanding of social class, race/ethnicity, and gender, in which without this understanding the understanding of the expressions of the 'social question', are limited.

**Keywords:** Social Work. Ethnic-racial issue. Vocational training. Curriculum Guidelines.

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1. Disciplinas que possuem em sua ementa a temática étnico-racial na UFAM-Campus Parintins e Manaus (PPC 2012 2019) .....                           | 45 |
| Quadro 2. Disciplinas que possuem em sua ementa a temática étnico-racial- UFMA (PPC 2016) .....  | 45 |
| Quadro 3. Disciplinas que possuem em sua ementa a temática étnico-racial UFPA- Campus Belém e Breves (PCC 2010-2016) .....                                 | 46 |
| Quadro 4. Disciplinas que possuem em sua ementa a temática étnico-racial UFPI (PCC 2012) .....   | 47 |
| Quadro 5. Disciplinas que possuem em sua ementa a temática étnico-racial UFT (PCC 2010).   | 47 |
| Quadro 6. Disciplinas que possuem em sua ementa o debate étnico-racial por Núcleo de Fundamentação de acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS..... | 48 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|        |  |
|--------|--|
| ABEPSS | Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social |
| ABESS  | Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social           |
| CBAS   | Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais                  |
| CEAS   | Centro de Estudos e Ação Social                              |
| FHC    | Fernando Henrique Cardoso                                    |
| IBGE   | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística              |
| PPC    | Projeto Pedagógico de Curso                                  |
| UFA    | Unidades de Formação Acadêmicas                              |
| UFAM   | Universidade Federal do Amazonas                             |
| UFMA   | Universidade Federal do Maranhão                             |
| UFPA   | Universidade Federal do Pará                                 |
| UFPI   | Universidade Federal do Piauí                                |
| UFT    | Universidade Federal do Tocantins                            |
| UFTM   | Universidade Federal do Triângulo Mineiro                    |
| OPAS   | Organização Pan-Americana da Saúde                           |
| ONG    | Organizações não governamentais                              |
| OCDE   | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico    |

## SUMÁRIO

|              |  |           |
|--------------|--|-----------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>12</b> |
| <b>2</b>     | <b>FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA</b> .....   | <b>14</b> |
| <b>2.1</b>   | <b>O “descobrimento”</b> .....   | <b>15</b> |
| <b>2.2</b>   | <b>A economia colonial brasileira</b> .....  | <b>17</b> |
| <b>2.3</b>   | <b>O capitalismo no Brasil</b> .....   | <b>20</b> |
| <b>2.4</b>   | <b>A questão étnico-racial na contemporaneidade</b> .....  | <b>25</b> |
| <b>3</b>     | <b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL</b> .....   | <b>29</b> |
| <b>3.1</b>   | <b>A institucionalização do Serviço Social</b> .....   | <b>29</b> |
| <b>3.2</b>   | <b>As diretrizes curriculares da ABEPSS e o debate étnico-racial</b> .....   | <b>34</b> |
| <b>4</b>     | <b>OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO<br/>EM SERVIÇO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO<br/>NORTE.</b> .....   | <b>39</b> |
| <b>4.1</b>   | <b>Procedimentos metodológicos</b> .....   | <b>39</b> |
| <b>4.1.2</b> | <b>Levantamento e análise dos dados</b> .....  | <b>40</b> |
| <b>4.2</b>   | <b>Caracterização das universidades federais da região norte</b> .....   | <b>40</b> |
| <b>4.3</b>   | <b>Raça/etnia nas matrizes curriculares dos cursos de Serviço Social da região norte<br/>disciplinas das universidades federais da região norte por núcleo de fundamentação</b><br>..... | <b>43</b> |
| <b>5</b>     | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | <b>51</b> |
|              | <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>52</b> |
|              | <b>APÊNDICE</b> .....  | <b>57</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema central o debate étnico-racial na formação profissional em Serviço Social, e por isso se propôs a uma análise dos Projetos Político-Pedagógicos de Curso de Serviço Social das Unidades de Formação Acadêmica – UFA Federais da Região Norte. Compreende-se que a formação capitalista no Brasil acarretou inúmeros conflitos sociais que são inerentes a ele, como a fome, o desemprego, a miséria entre outras expressões da “questão social<sup>1</sup>”, mas vale ressaltar que o desenvolvimento capitalista brasileiro possui particularidades, uma delas é o fato da economia ter sido acumulada a partir da exploração da mão-de-obra de pessoas escravizadas. O autor Abdias do Nascimento (2016, p. 59) destaca que “[...] o papel do negro foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil [...]. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido”.

No que tange ao debate étnico-racial, observamos uma inserção cada vez maior de intelectuais engajados em desvelar e descrever as implicações deste tema para o conhecimento da realidade no qual estamos inseridos, logo a discussão não é algo novo. O tema que orienta o presente trabalho nasce a partir de inquietações acerca do trabalho profissional, tendo em vista que a escassez de discussões teórico e crítica sobre a questão étnico-racial, nos coloca em posições contraditórias e sem análise étnico/racial nas expressões da questão social, cria possibilidades de uma prática profissional acrítica, conservadora, pragmática e reprodutora do racismo em suas várias dimensões, isso porque as demandas que chegam até os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais tem determinações de raça<sup>2</sup>/etnia<sup>3</sup>, classe e gênero e muitas

---

<sup>1</sup>Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...] Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem [...] Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano. (IAMAMOTO, 2000, p. 27-28).

<sup>2</sup> O conceito de raça expressa sentidos distintos ao longo da história, bem como diferentes definições e origens. É um conceito complexo e multifacetado, mas necessário para a análise das relações raciais, tanto no âmbito acadêmico, como no âmbito das políticas públicas. Ainda que raça não tenha nenhum sentido biológico, sob o ponto de vista sócio-histórico, raça continua sendo um recurso político-ideológico de estigmatização, segregação, dominação e exploração em todo o mundo. Embora sua existência não seja mais validada pelas ciências naturais, sua existência é real nas mentes e na vida social concreta dos sujeitos. E mesmo esvaziada de sentido biológico, a ideia de raça persiste, sobretudo, no âmbito das relações de poder e dominação para a manutenção de uma sociedade desigual. (ELPIDIO; ROCHA, 2018, p. 14).

<sup>3</sup> Em sua forma contemporânea, ‘étnico’ ainda mantém o seu significado básico, no sentido em que descreve um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, ao menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns. Um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas (CASHMORE, 2000, p. 196 Apud ELPIDIO; ROCHA, 2018, p. 14).

vezes as mediações ficam vazias, assim como as análises por ausência do reconhecimento e embasamento crítico.

O debate étnico-racial deve permear todo processo de formação, não somente em datas “comemorativas” como o 13 de maio ou 20 de novembro. Por isso, o trabalho aqui exposto objetivou analisar o debate étnico-racial na formação profissional em Serviço Social, a partir dos Projetos Políticos Pedagógicos de Cursos - PPC das universidades federais da região norte pela divisão da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, que além dos estados da divisão geográfica da região norte soma-se os estados do Maranhão e Piauí, assim esse trabalho analisou 7 cursos de Serviço Social sendo de cinco Unidades de Formação Acadêmica – UFA, a saber Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus e Parintins, Universidade Federal do Pará – UFPA, campus Belém e Breves, Universidade Federal do Tocantins – UFT, Universidade Federal do Maranhão – UFMA e Universidade Federal do Piauí - UFPI.

Este trabalho é dividido em três capítulos: o primeiro, intitulado como “*Formação sócio-histórico brasileira*”, que busca destacar a formação social, econômica e cultural do Brasil, a qual resultou em um país extremamente explorado e socialmente desigual, com práticas racistas, machistas, patriarcais e homofóbicas, marcas do conservadorismo, que até hoje nega a suas origens.

O segundo capítulo “*Formação Profissional em Serviço Social*”, que busca evidenciar o processo de emergência do Serviço Social, as mudanças que ocorreram no interior da profissão na busca por atingir o objetivo de sua existência, o processo de criação da ABESS/ABEPSS e por fim enfatizar a questão racial como um dos elementos indissociáveis dos três núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social de 1996.

O terceiro e último capítulo “*Os Projetos Políticos Pedagógicos Dos Cursos De Graduação Em Serviço Social Das Universidades Federais Da Região Norte*”, que busca expor a sistematização e análise dos dados coletados das Unidades de Formação Acadêmica da Regional Norte da ABEPSS.

A análise dos dados coletados, foi subsidiado a partir da perspectiva crítica dialética sob o método qualitativo, a partir das disciplinas obrigatórias e optativas, assim como as ementas que fazem o debate transdisciplinar da divisão social, sexual e racial do trabalho e as particularidades nas expressões da questão social na realidade brasileira.

## 2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA

Brasil, meu nego. Deixa eu te contar. A história que a história não conta  
O avesso do mesmo lugar. Na luta é que a gente se encontra [...] com versos que o  
livro apagou. Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento. Tem sangue  
retinto pisado. Atrás do herói emoldurado Mulheres, tamoios, mulatos. Eu quero um  
país que não está no retrato (MANGUEIRA, 2019a).

O samba enredo “História pra Ninar Gente Grande” da campeã do carnaval de 2019, citado na introdução desse capítulo, expõe de forma marcante que a narrativa contada a nós desde muito cedo sobre a formação social, econômica e política do Brasil tem algo de errado, na tentativa de desvelar o passado observamos que autoras/es se debruçam sobre a história na busca de evidenciar que a formação do Brasil não é essa retratada por alguns livros de história e de formação social, utilizadas no ensino fundamental e médio, a qual revela uma conquista de território muito pacífica, que Pedro Álvares Cabral ao se aventurar nos mares “encontra” um novo país, o qual o nomeia de Brasil, e a ele se dá título de “descobridor” do mesmo, apesar de esta terra já ser habitada por povos indígenas.

O presente capítulo busca, mesmo com dificuldades para embasamento teórico, evidenciar que a formação social, econômica e cultural do Brasil, resultou em um país extremamente explorado e desigual, com práticas conservadoras, racistas, machistas e patriarcais, e que até hoje nega suas origens. Estudar a formação sócio-histórico brasileira é de certa forma uma tentativa de desvelar o que desde de muito cedo é acobertado, é a tentativa de saber o porquê se faz necessário discutir, estudar e pesquisar sobre o racismo estrutural; e o porquê da tentativa de genocídio não só da população negra, mas também dos povos indígenas.

A construção histórica narrada pela maioria dos livros didáticos-pedagógicos no Brasil, narram um suposto descobrimento, e assim o início de uma civilização e construção política e econômica, essa por sua vez, baseada na exploração do trabalho escravo, pela então chamada abolição da escravidão – abolição que ocorre sem dar nenhum direito à esta população que foi escravizada por mais de três décadas, pela tentativa de genocídio da população que “ajudou” a construir a sua identidade, no que diz respeito a cultura, à economia, e sociedade como um todo, pela ruptura da democracia com o Golpe Militar em 1964, pela redemocratização 1975-1985, pela elaboração da Constituição Federal de 1988, pelo golpe em 2016, por ataques à educação, saúde e às políticas públicas e sociais, pela morte de mais de 660<sup>4</sup> mil pessoas, devido à

---

<sup>4</sup> Segundo o Ministério da Saúde (2022), houve no Brasil 31,2 milhões de infectados e 687 mil mortes pela Covid-19.



irresponsabilidade do governo do presidente Bolsonaro etc. E, vale ressaltar que essa história não se encerra aqui, ela está em constante movimento e construção.

## 2.1 O “descobrimento”

Pensar como se deu a formação sócio-histórica do Brasil é sempre complexo, porque parece que sempre falta pedaços ou relatos para complementar a análise. Porém aos poucos temos a reconstrução da história, por pessoas que não se conformaram na narrativa que escutaram ou com obras encomendadas e narradas a partir da perspectiva colonialista e branca. Com isso, caminhamos na desconstrução de alguns relatos tidas como verdade, como por exemplo, a afirmação que o Brasil foi descoberto por acaso, as autoras Schwarcz; Starling (2018), apontam que após o caminho marítimo da Índia por Vasco da Gama constitui-se, novas expedições para os avanços marítimos e os viajantes estabeleceram rotas a Índia, e outros países que contribuísse para a exploração e o crescimento mercantil ou seja, o Brasil ser “descoberto” não foi obra do acaso.

Para entendermos a formação sócio-histórico brasileira, é necessário compreender que a Europa no final da Idade Média (séculos XIV e XV), foi marcada por uma grande crise econômica, superada pelo rápido crescimento e expansão da atividade comercial em seu continente. Essas transformações marcaram o início da transição do feudalismo para o capitalismo na Europa. Essa modificação significou,

A mudança de um sistema que gera produtos para o consumo de subsistência, sem produtividade e em baixíssima escala, para um regime em que a produção de bens e serviços se dirige ao consumo das massas, a partir de elevada produtividade, especialização e mecanização do processo produtivo. No primeiro, reina a lógica da reprodução e manutenção pura e simples das pessoas. O poder se assenta em relações sociais e religiosas, principalmente. No segundo, impera a lógica capitalista. Visa-se à reprodução do capital — por meio da acumulação de lucros e não à de pessoas. O poder fundamenta-se no nível de riqueza; relacionamentos pessoais e religiosos assumem importância secundária. A passagem de um sistema para outro não é imediata. Exige uma etapa transitória, que consiste na mercantilização das relações de produção. Assim, o trabalho migra de uma forma servil e artesanal para a industrial e assalariada (GALA; REGO, 2011. p. 61).

A grande demonstração desse novo modelo de produção foi o incentivo das navegações, quando os Estados europeus se lançam no comércio marítimo a procura de riquezas em novos países. Nesse sentido, a busca por novos territórios não foi despreziosa e muito menos a busca por aventura, tinha-se os interesses comerciais, militares, evangelizadores, mas sobretudo

o interesse pelo mercado de especiarias advindas do oriente como apontam as autoras Schwarcz; Starling (2018).

O fato de o país não ser descrito nos mapas europeus, e pôr dispor de uma vasta diversidade de plantas e animais que até então eram desconhecidos, e por ser habitado por indígenas, povos que tinham costumes e crenças diferentes deste que acabaram de desembarcar no país, a terra que hoje chamamos de Brasil, foi chamado de “novo mundo”, e outros nomes também, antes que conhecermos assim.

A princípio, os portugueses não demonstraram tanto interesse no país que acabará de “encontrar”, isto porque o Brasil não oferecia nenhum produto de largo consumo, pelo menos de imediato não encontraram. As autoras Schwarcz; Starling destacam que

Apesar de não haver tanto interesse nessa terra, até porque por lá não se encontraram de imediato as riquezas em prata ou ouro que fizeram a alegria dos espanhóis, era preciso batizá-la. Tanto Mestre João como Pero Vaz de Caminha, nas cartas que escreveram, chamaram-na de Vera Cruz – da verdadeira cruz -, de Santa Cruz. Mas o termo continuou sob disputa, e após 1501 o local foi denominado ora Terra dos Papagaios – numa referência à ave que tinha todas as cores e falava (por mais que ninguém entendesse o que dizia) – ora Terra de Santa Cruz; aliás, nome utilizado por d. Manuel na missiva que enviou aos reis católicos (SCHWARCZ; STARLING, p. 31, 2018).

Para que as novas terras recém “descobertas” não fossem atacadas por outros países, foi necessário povoá-la e colonizá-la, mas para que isso ocorresse era necessário encontrar uma forma de extrair a economia das novas terras. De imediato a exploração iniciou-se com a utilização da mão de obra indígena seguido pela diáspora<sup>5</sup> dos povos africanos sequestrados pelos portugueses.

Apesar de não dispor de ouro e prata, perceberam que o país dispunha de uma grande disponibilidade do pau-brasil, madeira utilizada na tinturaria, estima-se que o Brasil possuía cerca de 70 milhões de espécime que logo foram devastados pelo o extrativismo<sup>6</sup>. Segundo o autor Marchant (1943; p. 98), “[...] o comércio de pau-brasil começou no século XVI, e com introdução do produto no mercado mundial, o país recebeu o nome de Brasil”.

Obviamente o comércio do pau-brasil não iria pendurar por muito tempo, no próprio século XVI muitas florestas já estavam devastadas e algumas regiões nem existiam mais a madeira.

---

<sup>5</sup> A diáspora africana é o nome dado a um fenômeno caracterizado pela imigração forçada de africanos, durante o tráfico transatlântico de escravizados. (FUNDAÇÃO PALMARES, 2019)

<sup>6</sup> Segundo o dicionário, o extrativismo é uma atividade que consiste em extrair da natureza quaisquer produtos que possam ser cultivados para fins comerciais ou industriais

Portanto, se fazia necessário descobrir uma nova forma de explorar a terra, e assim consolidar os produtos no mercado mundial. Tendo em vista que, a madeira extraída não trazia um consumo à longo prazo, notaram que o Brasil apresentava outra condição muito importante que era a ampla disponibilidade de terras.

O período colonial será extremamente importante para a compreensão do que capitalismo que aqui se formou, visto que a relação de dependência do Brasil e sua inserção no mercado mundial com fornecimento de matérias e bens primários se inicia neste decurso e, essa relação de dependência vai se manter ao longo da história.

## 2.2 A economia Colonial brasileira

Ao longo da história, existiram inúmeras formas de dominação exercidas por nações, uma delas é conhecida como colonização<sup>7</sup>, a qual tinha-se o objetivo de extrair ao máximo as riquezas presentes no território que acabará de tomar posse. A economia colonial brasileira se sustentou em três pilares, sendo elas, a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo, com o objetivo de fornecer ao mercado europeu os seus produtos como açúcar, algodão, pedras preciosas entre outros. Segundo Caio Prado Júnior (2011),

A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que é aliás de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial. (PRADO JR, 2011, p. 119).

A grande disponibilidade de terras fez com que os portugueses encontrassem outra forma de extrair lucros das terras brasileiras. O sistema de produção açucareira no Brasil vai demandar dos colonizadores uma numerosa mão-de-obra, por aqui ainda não se tinha uma grande população (tinha as populações indígenas, porém muitos se encontravam isolados). Por volta de 1530, os africanos são sequestrados e trazidos ao Brasil para trabalhar na produção do açúcar.

A infeliz criação da ideia de raça, fez com que o discurso sobre a existência de povos “atrasados” e “inferiores”, resultassem na submissão e dominação de um continente inteiro.

---

<sup>7</sup>Ela decorreu da expansão mercantil que anunciou o declínio do feudalismo e gerou as condições de avanço do capitalismo, quando surgiu o mercado mundial. A expansão mercantil impulsionou as grandes navegações e estas abriram ao conhecimento dos homens terras distantes. A forma de explorar estas terras tomou o nome de colonização. Tratava-se, naquela época, de explorá-las, colocando no mercado mundial os produtos que tais terras podiam fornecer ou já forneciam; de nelas instalar, para isso, empresas produtoras, ou de utilizar as existentes. As regiões orientais estiveram no segundo caso; as americanas, no primeiro. Geraram, pois, formas diferentes de colonização. (SODRÉ, p. 29, 1974).

A escravidão era vista como natural e necessária para o desenvolvimento e enriquecimento da colônia. Apesar da vasta extensão territorial (e talvez também por isso), a utilização de mão de obra africana não era questionada - pelo contrário, uma vez que o tráfico era muito lucrativo. A Igreja Católica, desde o início, levantou-se contra a escravização indígena, mas não questionou a legitimidade da escravização de africanos - era inclusive proprietária de várias 'peças' (MENEZES, 2010, p. 18).

Estima-se que 4 milhões de africanos foram trazidos a força para o Brasil, talvez esse número seja até maior, não se tem os números exatos, porquê muitos documentos importantes sobre esse período foram queimados como aponta Nascimento (2016). O grande fato é que a formação econômica brasileira só foi possível porque se apropriaram não só da força de trabalho, mas dos corpos, cultura e crença dos africanos escravizados.

O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou, e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca (NASCIMENTO, p. 59, 2016).

O comércio de escravos era tão naturalizado e necessário para o enriquecimento da colônia, que a mesma era legalizada. Os escravos eram vendidos como uma mercadoria altamente lucrativa, não foi por acaso que o Brasil criou inúmeros obstáculos para retardar a “abolição” da escravidão.

O Brasil passou por muitas fases importantes, a “queda” do colonialismo foi uma delas, porém o declínio desta deixou raízes que se faz presente até hoje, como é o caso de o país ser totalmente dependente do mercado exterior, fornecendo matérias-primas por um preço muito risório e compra mercadorias a preços absurdos, além de permanecer com a base agroexportadora.

É possível destacar que o período colonial inicia o seu declínio entre o período de 1873 e 1885, pois é quando o capitalismo ganha forma e enfrenta uma grande crise causada pelo excesso de produção e por consequência da utilização do trabalho escravo a falta de compradores, é nesse momento que percebem que o trabalho escravo não era mais tão viável e lucrativo para a nova fase que estava a se formar.

A Inglaterra precisava ampliar seu mercado consumidor para escoar suas manufaturas, e pressionava o Brasil a coibir o tráfico de escravos – a própria Lei Eusébio de Queiroz foi resultado dessa pressão. Esta proibição do tráfico de africanos escravizados (1850) trouxe um impulso para a industrialização do país, já que boa parte dos capitais sobrantes passou a ser investido para equipar e desenvolver as cidades. Por outro lado, a complexificação das relações de produção no país com a expansão das exportações, principalmente, de café, também gerava divisas para serem investidas no país. Assim, o processo de crescente industrialização trouxe a reboque uma lógica que só comportava a existência de trabalhadores livres – que se comprometiam a vender

“livremente” sua força de trabalho no mercado, pela via do contrato (MENEZES, 2010, p.18).

Portanto, a história que ouvimos que abolição aconteceu porque uma senhora sentiu compaixão da situação em que viviam os escravizados não passa de uma grande ilusão. A queda da escravidão no Brasil foi consequência das resistências e lutas dos povos negros pela liberdade e também pela pressão dos países que acabara de passar pela revolução industrial, pois eles necessitavam de mercado consumidor para vender seus produtos, por isso o trabalho escravo não era mais lucrativo.

Quando falamos da escravidão no Brasil, sempre vem em nossas mentes os livros de História que tivemos no ensino fundamental e médio, a exemplo, a obra de Gilberto Freyre (Casa Grande, Senzala), a qual temos uma romantização da escravidão no Brasil, no intuito de vender uma imagem fictícia de uma convivência “tranquila” entre os escravizados e seus “donos”, negando o intenso conflito existente entre ambos. Muito embora a história brasileira insista em acobertar os fatos, os mais de 300 anos de escravidão no país, a população não está isenta de contínuos processos de resistência e lutas por parte dos povos escravizados.

O fato de a escravidão ter sido “abolida” sem dar nenhuma garantia de inserção da população negra na sociedade “livre”, que se formava baseada na ausência de caráter das elites brasileira, segundo Florestan Fernandes (1978),

[...] a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista (FERNANDES, 1978, p. 20).

Desse modo, afirmar uma democracia racial, um coleguismo que nunca existiu, mostrar o quão perverso é a sociedade que estamos inseridos, não reconhecer as contribuições da população negra para a formação capitalista e, não reconhecer o racismo<sup>8</sup> que nos ronda até hoje é sim uma falta de respeito com os milhões de negros/as que lutaram pelo fim da escravidão. Distorcer e ocultar um pedaço da nossa história nada mais é que cruel, pois se não nos fosse negada a educação sócio-histórica contada pelos os povos que sofreram de fato pelos mais de 300 anos de escravidão. Isso significa ocultar e silenciar a população negra de toda a construção social, econômica e política do Brasil, e naturalizar todas as formas de racismo e

---

<sup>8</sup> De acordo com Silvio de Almeida (2018), o racismo que é definida com uma forma de discriminação, a qual utiliza a raça como principal “justificativa”, o ato pode ter práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

preconceito até os dias atuais, em que a vida das populações pretas, pobres e periféricas são desvalorizadas e desqualificadas pela autocracia burguesa brasileira.

### **2.3 O capitalismo no Brasil**

Na passagem do século XIX para o XX, o Brasil passou por algumas mudanças importantes, uma vez que, as transformações no contexto internacional, requisitava do país novas posturas. Porém, como já era de se esperar, o Brasil inicia a sua industrialização tardiamente, isso porquê a mentalidade em relação ao nosso passado colonial, rural e escravista ainda se fazia presente. Assim, enquanto em outros países a industrialização pesada se iniciava no Brasil as bases colonialistas se fazia presente com a riqueza advinda da agro-exportação.

Marco decisivo anterior ao processo de autonomia política (1822), o sistema colonial sem dúvida é, no caso brasileiro, parte substantiva da caracterização do “atraso” supramencionado, na medida em que reponde por traços decisivos da estruturação das classes sociais, de suas atividades econômicas e universo cultural. Assim sendo, um primeiro passo há que ser dado na recuperação das conexões entre a colonização e os modos de produção articulados em seu interior. Entendo que tais conexões legaram não apenas características essenciais à constituição das classes sociais no Brasil, mas também o padrão produtivo daí herdado: o latifúndio de monocultura extensiva tendo em vista a exportação, que permaneceu inalterado e, durante boa parte de nossa história [...] (SANTOS, 2008, p. 58).

A consolidação do capitalismo no Brasil se organizou através de uma combinação entre a estrutura agrária, a racionalidade patrimonialista das antigas elites oriundas do escravismo, o domínio dos cafeicultores e a dependência aos países imperialistas. Diante disso, a elite urbana brasileira, proveniente da velha estrutura cafeeira, apropriou-se do Estado na ampliação do seu poder econômico e político. A classe oligárquica tradicional manteve o poder econômico e a influência política na luta pela hegemonia do Estado, colocando-o a favor de seus interesses.

Tivemos nesse período de industrialização brasileira um grande fluxo imigratório rumo aos grandes centros industriais. Um dos impactos gerados por essas imigrações foram os grandes inchaços, acarretando um número crescente de pessoas vivendo em espaços limitados e desestruturados, resultando em péssimas condições de vida para boa parte delas.

O grande contingente de pessoas nas grandes cidades deu base para que a exploração da mão-de-obra constituísse como um padrão. Assim, a classe trabalhadora se ampliava com profundas desigualdades socioeconômicas, resultante de um processo de industrialização dependente, a qual tinha que lidar com o desemprego, o trabalho informal e os baixos salários.

No pós-1930 temos o Estado assumindo a responsabilidade de incentivar a industrialização e regulamentar as tensões sociais entre a burguesia e a classe trabalhadora. Com isso, temos a criação de instituições que ofertassem serviços públicos, bem como da implantação de uma legislação social e trabalhista. Ao atender parte das reivindicações da classe trabalhadora, o governo Getúlio Vargas dava respostas às tensões sociais e mantinha controle excessivo dos movimentos sociais.

No tocante às políticas sociais, o presidente Getúlio Vargas criou os Ministérios do Trabalho e Previdência, da Indústria e Comércio, da Educação e da Saúde e os primeiros Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), em uma perspectiva contributiva. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) incorporou a jornada de oito horas, férias remuneradas, contrato coletivo, aposentadoria, seguro-desemprego, regulação dos acidentes de trabalho, implantação do salário mínimo e salários indiretos, mediante a oferta de Políticas Públicas, Educação e Diversidade: Uma Compreensão Científica do Real 282 benefícios sociais. Em 1932, foi implantada a carteira do trabalho e o imposto sindical obrigatório (PINTO, 2019, p. 281).

No entanto, diferentemente dos países capitalistas avançados, as políticas sociais no Brasil não tiveram, na sua origem, a universalidade, como uma das características fundantes.

A proteção social no Brasil não se apoiou nas pilastras do pleno emprego, dos serviços sociais universais, nem armou, até hoje, uma rede de proteção impeditiva da queda de reprodução de estratos sociais majoritários da população na pobreza extrema. Além disso, dada a fragilidade das instituições democráticas nacionais, a política social brasileira teve seus momentos de expansão justamente nos períodos mais avessos à instituição da cidadania: durante os regimes autoritários e sob o governo de coalizões conservadoras. Isso deu ensejo à prevalência de um padrão nacional de proteção social com as seguintes características: ingerência imperativa do poder executivo; seletividade dos gastos sociais e da oferta de benefícios e serviços públicos; heterogeneidade; intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira (PEREIRA, 2006, p. 125-126).

Os anos de 1950 e 1960, marcam uma fase importante na industrialização brasileira, pois é no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que temos a fase da industrialização pesada. O mesmo foi responsável pela construção de Brasília e a instituição do Distrito Federal, que marcou a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília em 1960. Com o lema “Cinquenta anos em cinco”, Juscelino Kubitschek adotou um Plano de Metas, que tinha como objetivo o investimento público, a fim de diversificar e expandir os parques industriais em diversas áreas, em especial a automobilística. Ainda tomou medidas de abertura da economia ao capital estrangeiro e adotou uma política de benefícios e isenções fiscais para a instalação de empresas montadoras de automóveis como a Ford, General Motors e Volkswagen.

O discurso desenvolvimentista dos anos 50 e 60 antepõe-se, assim, ao discurso revolucionário assumido pela esquerda (ou parte desta), à época. A perspectiva de transformação social mais profunda, o ideário desenvolvimentista acenava com um

contra projeto modernizante, com base na industrialização, na nova inserção do país no cenário internacional e na perspectiva de alcance do status de nação desenvolvida. O desenvolvimento passa a ser nos anos 50 atributo ou uma condição privilegiada. Um estágio ideal, ao qual poucas nações haviam ascendido e para o qual países como o Brasil envidavam esforços em guisa de seu alcance (PINTO, 2019, p. 283).

O período militar que iniciou após o golpe civil-militar no dia 1º de abril de 1964, também adotou a perspectiva desenvolvimentista. Os governos militares, contou com a ajuda da burguesia, a qual desfrutava de grandes benefícios, o autor Pomar (2014), destaca que

[...] a militarização da sociedade brasileira ficou evidente não apenas na ocupação da presidência e de vários ministérios por militares. Ela era presente nas Divisões de Segurança e Informação dos ministérios e outros órgãos públicos, que faziam o crivo dos funcionários civis de cargos de confiança e controlavam as políticas setoriais. A escolha dos governadores dos estados dependia dos comandos das regiões militares regionais e dos oficiais que serviam à presidência. As polícias militares estaduais eram controladas por um departamento do ministério da guerra, e comandadas por oficiais generais ou coronéis do exército (POMAR, 2014, p. 01).

O período civil-militar também foi marcado por um modelo de desenvolvimento nacional sob o poder econômico e político da burguesia industrial, aliado ao capital estrangeiro, o que determinou uma submissão cada vez maior do Brasil no mercado mundial. Esse período também é marcado por uma forte censura e repressão da classe trabalhadora.

O declínio do período militar abre uma nova perspectiva para o Brasil. O processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, trazia esperança de dias melhores, uma vez que, nela marca avanços significativos e a responsabilização do Estado em prover e materializar tais conquistas. Porém os anos de 1990, acabou sendo uma decepção, após mais de 30 anos sem eleições, tivemos a oportunidade de eleger os novos representantes.

Os governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e logo após o de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), foi um verdadeiro horror para a classe trabalhadora, os seus governos foram marcados por ajustes fiscais, privatizações de inúmeros estatais, abertura descontrolada do mercado brasileiro, desregulamentação da legislação trabalhista e do mercado de trabalho e a diminuição da intervenção do Estado na execução e nos investimentos na área social.

A política neoliberal de abertura comercial do governo Collor, que prossegue no decorrer da década sob os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, significou a destruição de cadeias produtivas na indústria brasileira, com empresas sendo fechadas por não conseguirem concorrer com produtos estrangeiros, e, portanto, o crescimento do desemprego de massa. Nesse período, as grandes empresas foram obrigadas a intensificar a reestruturação produtiva colocando o sindicalismo na defensiva diante do cenário hostil – governos anti-sindicalistas e recessão econômica com desemprego crescente (ALVES, 2009, p. 193).



A reforma/contrarreforma neoliberal, a partir do governo Collor e aprofundados nos governos Itamar e FHC, significou alterações graves na dinâmica da economia brasileira e, por consequência, na forma de ser do mercado de trabalho. O Brasil inseriu-se de forma subalterna no processo de mundialização do capital.

Em 2003, após novas eleições finalmente é eleito um partido de caráter progressista, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), que assume um país no contexto de grave crise econômica herdada de pelos seus antecessores. No primeiro ano do governo Lula foram implementadas ações no intuito de evitar o caos econômico, conhecer a máquina governamental, avançar o máximo possível na agenda de reformas e, sobretudo, manter o índice de aprovação popular num patamar alto.

Nos governos Lula e Dilma Rousseff, observamos o propósito de manter o projeto de “conciliação” de classes, à medida que manteve programas sociais para a classe trabalhadora, mantinha-se também um ambiente favorável à acumulação do capital financeiro, favorecendo as elites, principalmente à elite banqueteira. A autora Nassif (2015), em seu livro em que analisa os 10 anos de governos Lula e Dilma, nos chama a atenção para o fato de que,

O brasileiro jovem já incorporou à sua vida a educação superior, o direito ao emprego formal, a possibilidade de ascensão social e, sobretudo, uma vida sem fome. A maioria das crianças cujas famílias ascenderam das classes mais miseráveis nesses dez anos nunca passou por uma realidade de fome como a vivida por seus pais. E a maioria dos jovens que hoje ocupa os bancos das universidades superou uma situação de miséria na tenra infância e terá a oportunidade de dar aos seus filhos uma infância muito melhor que a que teve (NASSIF, 2015, p. 4).

A citação acima nos chama a refletir sobre os governos do Partido dos Trabalhadores – PT, apesar de favorecer a grande elite brasileira, é inegável que a classe trabalhadora também ganhou. A ampliação e interiorização das universidades públicas, cotas para pardos/negros/índigenas, menores taxas de desemprego, a retirada do Brasil do mapa da fome foram algumas das conquistas.

Após alguns anos de avanços, nos encontramos mais uma vez de mãos atadas. Temer assume a presidência 2016 após golpe, que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O governo do membro do MDB, seguiu a agenda neoliberal, o qual se baseou em privatizações, congelamentos de gastos públicos com saúde e educação, reforma da previdência, retiradas de direitos trabalhistas, os quase três anos de governo/desgoverno não foram favoráveis para a classe trabalhadora.

Com o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, assistimos decepcionados a posse do então presidente Bolsonaro. O membro do PL, assume o governo do Brasil à luz do

discurso extremamente conservador, racista, misógino e sexista. Temos no seu governo fortes privatizações, submissão ao mercado externo, reformas trabalhistas e previdenciárias, a qual resultou em mais tempo de serviço para se aposentar, retrocessos de políticas ambientais, diminuição da intervenção do Estado nas políticas sociais, cortes enormes na verba para a educação, saúde etc.

O governo Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19<sup>9</sup>, com seu negacionismo, posicionamento anticiência e ausência de políticas de combate a pandemia, escancarou o aumento da pobreza, do desemprego, da fome e também da morte em massa, principalmente das populações pretas e periféricas como já mostra alguns levantamentos passados dois anos da pandemia da Covid-19.

Os reflexos da má gestão do presidente Jair Bolsonaro recaíram principalmente nas populações que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, ou seja, pessoas com baixa renda, baixa escolaridade, residentes em aglomerados urbanos, indígenas e a população negra. Segundo dados levantados pela ONG Instituto Polis (2020), os homens negros foram os que mais morreram pela covid-19 no país: são 250 óbitos pela doença a cada 100 mil habitantes. Entre os brancos, são 157 mortes a cada 100 mil.

Dados divulgado pelo 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar 2022), no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, revela um contingente de 33,1 milhões de pessoas passam fome, vale lembrar que o atual presidente ao ser questionado sobre a fome no Brasil declarou: “Essa senadora [Simone Tebet] aí, falou besteira aqui. Gente passa mal? Sim, passa mal no Brasil. Alguém já viu alguém pedindo um pão na porta, ali, no caixa da padaria? Você não vê, pô”. A fala demonstra a incompetência ou o total desconhecimento dos dados.

Ainda segundo os dados da pesquisa são 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome em pouco mais de um ano. A edição recente da pesquisa mostra que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome). O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990. No que tange aos números da população negra 65% dos lares comandados por pessoas pretas ou pardas convivem com restrição de alimentos em qualquer nível.

---

<sup>9</sup> Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, o mesmo foi detectado em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu a Covid-19 como uma pandemia, o anúncio aconteceu quando o vírus já havia chegado em 114 países, e alcançou a marca de 118.319 casos e 4.292 óbitos. No Brasil o primeiro caso confirmado ocorreu em 26 de fevereiro de 2020 na cidade de São Paulo e, atualmente o Brasil é o terceiro país com mais casos (34,7 milhões) e o segundo com mais mortes (686 mil).

No quesito desemprego entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 8,9 milhões de homens e mulheres saíram da força de trabalho – perderam empregos ou deixaram de procurar colocação por acreditarem não ser possível conseguir vaga no mercado de trabalho. Desse total, 6,4 milhões são negros/negras e 2,5 milhões, trabalhadores e trabalhadoras não negros.

A pandemia da Covid-19 ocasionou também a necessidade do fechamento das escolas, o que levou o Ministério da Educação (MEC) a aprovar a Portaria N.º 343, de 17 de março de 2020, a qual propõe a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais em caráter emergencial. A Portaria do MEC N.º 343, nos levou a uma situação de precarização da educação pública no Brasil, além de não considerar as condições objetivas e subjetivas dos estudantes e professores. É importante evidenciar que

Entre os quase 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e superior no Brasil, 35% (19,5 milhões) tiveram as aulas suspensas devido à pandemia de covid-19, enquanto que 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas remotas. Na rede pública, 26% dos alunos que estão tendo aulas online não possuem acesso à internet. (AGÊNCIA SENADO, 2020).

A pesquisa acima complementa os dados levantados pela a UNICEF no mês de abril de 2021, a qual expõe que,

[...] em novembro de 2020, quase 1,5 milhão de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não frequentavam a escola (remota ou presencialmente). A eles, somam-se outros 3,7 milhões que estavam matriculados, mas não tiveram acesso a atividades escolares e não conseguiram se manter aprendendo em casa. No total, 5,1 milhões tiveram seu direito à educação negado em novembro de 2020

Em relação às regiões, Norte (28,4%) e Nordeste (18,3%) apresentaram os maiores percentuais de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos sem acesso à educação, seguidas por Sudeste (10,3%), Centro-Oeste (8,5%) e Sul (5,1%). A exclusão foi maior entre crianças e adolescentes pretos, pardos e indígenas, que correspondem a 69,3% do total de crianças e adolescentes sem acesso à Educação (UNICEF, 2021).

Os dados aqui expostos revelam o perfil da população que mais sofreu no período da pandemia e, vale ressaltar que desde a abolição da escravidão a “questão social” assola as populações mais vulneráveis, ou seja, a população tem cor, tem classe e tem etnia.

## **2.4 A questão étnico-racial na contemporaneidade**

No Brasil discutir sobre racismo é de certa forma um ‘tabu’, como aponta Guimarães (2009, p. 26), “[...] os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa é uma fonte de

orgulho nacional, e serve, no nosso confronto/comparação com outras nações, como prova incontestada de nosso status de povo civilizado”.

A necessidade de reconhecermos o que foi e como se deu a construção do Brasil é fundamental para a desmitificação da famosa “democracia racial” e, o primeiro passo é reconhecer que não existe e talvez não venha existir igualdade neste modo de produção capitalista, uma vez que, este modo de produção se alicerça na desigualdade da divisão sexual, racial e de classe do trabalho que se assenta no conservadorismo, machismo, patriarcalismo, sexismo e racismo.

Nesse sentido, que se faz necessário e fundamental compreender a questão étnico-racial no contexto da formação sócio-histórico brasileira, tendo-se como referência o processo de colonização e, posteriormente, o desenvolvimento do capitalismo e o processo de exploração ao qual os trabalhadores foram submetidos após a emergência do trabalho livre. Esse cenário exige a compreensão das diferenças étnico-raciais, que culminaram nas desigualdades sociais e no agravamento da disparidade da sociedade de classes, especialmente, quando a condição étnico-racial é salientada.

A discussão da questão étnico-racial se insere, portanto, nas relações de produção adotadas no âmbito dessa forma de inserção econômica do Brasil na dinâmica do capital internacional. Obviamente, nessa dinâmica as relações de produção são baseadas na superexploração da força de trabalho característica marcadamente encontrada nos países colonizados, cuja economia agroexportadora se constituiu em condição complementar às economias imperialistas. Diante dessa inserção subordinada à dinâmica do capital internacional, o Brasil é visto e tratado como fonte de matéria-prima e de força de trabalho de baixo custo, essenciais ao desenvolvimento das economias centrais (MARTINS, 2016, p. 44).

No decorrer deste capítulo foi possível evidenciar que o Brasil é um retalho de acontecimentos de certa forma muito marcante, sem dúvida a população brasileira passou por muitos processos para chegarmos no Brasil contemporâneo, conhecido como um país de muitas culturas, hospitaleiro e que recebe todos com muito carinho e amor. O mesmo mostra no cotidiano as lutas e a garra da população negra e indígena, estampa cotidianamente o racismo, o machismo, a homofobia e o genocídio dessa população seja pela falta de empregos dignos, políticas de proteção social como educação, saúde, lazer, saneamento básico, seja pelos crimes não investigados pelo estado que ratificam que a escravidão aos povos tradicionais, pretos, quilombolas e indígenas não se encerrou.

Na análise sobre o racismo estrutural, compreende-se que a acumulação primitiva e a criação da ideia de raça são indissociáveis para o entendimento da divisão racial na sociedade, uma vez que, a ideia de raça foi um dos fundamentos necessários para que o capitalismo se

expandisse como modo de produção de mercadorias e de relações sociais, políticas e culturais de poder. Constata-se que, sem a anexação das colônias americanas, a subjugação da África como um continente inteiro de fornecedor de mão de obra de graça e a apropriação de riquezas das colônias americanas e africanas, não haveria acumulação primitiva do capital, portanto, tampouco capitalismo.

A abolição da escravidão, se assenta do ditado de que é “para inglês ver!” ou seja, um discurso meritocrático que não aconteceu de fato, pois, conceder “liberdade” aos escravos e seus descendentes sem garantir a estes acessos aos direitos fundamentais para que pudessem se inserir no mercado de trabalho é sem dúvida lança-los na miserabilidade. A autora Menezes (2010) evidencia que:

[...] passaram de escravizados a trabalhadores livres sem capacitação, tornando-se o subproletariado, já que a estrutura social modificada não mais absorvia a mão de obra advinda do trabalho forçado e não pago. Tornaram-se economicamente dispensáveis naquele contexto, transformando-se num contingente populacional “livre”, mas em situação de pobreza e miserabilidade (MENEZES, 2010, p. 37).

Com todo o processo sócio histórico vivenciado pela população brasileira, a Constituição Federal de 1988 marca um importante avanço, o Art. 5º, a qual aponta igualdade a todos perante a lei, sem nenhuma distinção de qualquer natureza, parece até dar indicio de dias melhores, mas faltou a concretização cotidiana dos fatos, e para isso é necessário desvestir-se de costumes assentados na autocracia burguesa e ainda da falta democracia social e racial instalada historicamente no solo brasileiro.

Ao analisarmos dados como desemprego, falta de distribuição de renda, não ocupação de cargos de chefia, fome, não acesso à educação, taxa de homicídio e feminicídio, infelizmente presenciamos a população negra ocupando os maiores índices.

Segundo o IBGE (2022), o desemprego tem taxa de 7,5% entre os homens e sobe para 11,6% no caso das mulheres, e quando utilizado o recorte de raça, notamos que 64,7% dos pretos e pardos encontram-se desempregados. Ainda de acordo com dados do IBGE (2019), a população preta ou parda é a que mais sofre no país com a falta de oportunidades e a má distribuição de renda. Embora representem a maior parte da população (55,8%), assim como da força de trabalho brasileira (54,9%), apenas 29,9% destas pessoas ocupam os cargos de gerência e, o rendimento médio mensal da pessoa empregada preta ou parda gira em torno dos R\$1.608 contra os R\$2.796 das pessoas brancas.

Seguindo com os dados, no quesito educação, percebe-se também uma disparidade. O estudo realizado pela OCDE (2021), mostra que no ensino infantil, a taxa de crianças até três

anos de idade, matriculadas, aumentou de 10%, em 2010, para 24%, em 2018, porém apesar disso, o atendimento é considerado baixo e pouco acessível às famílias em situação de vulnerabilidade social. No ensino médio percebe-se que a conclusão é alcançada por 76% dos jovens brancos, já entre os negros, apenas 60%. A pesquisa revela que a questão racial é considerada marcante.

Ainda segundo o estudo, o acesso ao ensino superior ainda é extremamente desigual, se tornou mais acessível nos últimos anos, devido as políticas como Fies, Prouni e sistema de cotas. Os estudantes de baixa renda que frequentam a universidade pública passaram de 7%, em 2002, para 17%, em 2011. Nas privadas, subiu de menos de 3%, para 10%, no mesmo período. Em 2018, 36% dos brancos estavam cursando graduação ou já estavam formados, enquanto entre os negros, era a metade disso: 18%.

Outro índice preocupante é a taxa de homicídio e feminicídio, acordo com o ATLAS (2021), os negros representaram 77% das vítimas de assassinato no país. O recorte por gênero também aponta os negros como a maioria das vítimas assassinadas no Brasil. Em 2019, as mulheres negras representaram 66% do total de mulheres mortas no país, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, enquanto a taxa entre mulheres não negras foi de 2,5.

Todos os dados aqui expostos demonstram e reafirmam que, a assinatura da Lei Áurea, o qual teoricamente colocou um “fim” à escravidão no Brasil sem proporcionar a população recém “liberta” a garantia de inserção na sociedade que estava a se formar, contribuiu para reforçar a divisão racial, e ainda as práticas do mandonismo e conservadorismo burguês. É importante ressaltar que apesar de ter se passados 34 anos da aprovação da constituinte que coloca a igualdade constitucional a todos, ainda é nítido a não efetivação do mesmo.

Diante disso, compreender o porquê começamos pelo regaste da formação sócio-histórica brasileira é central para o entendimento da proposta deste trabalho, visto que, o debate da formação social, cultural, histórica e econômica do Brasil é essencial para entendermos a gênese, a institucionalização e o desenvolvimento do Serviço Social. Ao refletirmos sobre a questão social no Brasil – objeto de trabalho dos assistentes sociais e motivo da sua existência - Ianni (2004) destaca que esta categoria atravessa a história da formação da sociedade brasileira como fruto das desigualdades econômicas, políticas e culturais, cujas expressões mais latentes são a questão de classe, a questão racial e as desigualdades regionais sempre tencionando a relação entre sociedade civil e o poder estatal.

### 3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

#### 3.1 A Institucionalização do Serviço Social

No capítulo I deste trabalho, resgatou-se o processo de formação sócio-histórica brasileira, compreendendo que a consolidação do capitalismo se deu de forma bastante diferente em relação a outros países. A década de 1930 marca a forte industrialização no país e também escancara a grande pobreza vivenciado por grande parte da população em detrimento de uma enorme riqueza apoderado por poucos. Segundo Ianni (1996),

Os prenúncios do Brasil Moderno esbarravam em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo. As linhas de castas, demarcando relações sociais e de trabalho, modos de ser e pensar, subsistiam por dentro e por fora das linhas de classes em formação. O povo, enquanto coletividade de cidadãos, continuava a ser uma ficção política (IANNI, 1996, p.30).

É nesse contexto de grandes mudanças econômicas, culturais e sociais que emerge o Serviço Social, com objetivo de intervir nas expressões da "questão social", que fundamentalmente se vincula ao conflito entre o Capital X Trabalho.

Desse modo, a “questão social” se caracteriza como fundamento basilar da existência do Serviço Social. É por meio dela que a profissão se particulariza como interventiva no bojo das relações sociais de produção e reprodução da vida social, visando ao enfrentamento de suas expressões, que são frutos das contradições do modo de produção capitalista.

Compreende-se que conceituar “questão social” é primordial para a construção deste capítulo, uma vez que, este estar diretamente imbricado com objeto da pesquisa, sendo assim de acordo com Iamamoto (1999), a “questão social” é,

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p.27).

Ainda segundo a autora,

[...] historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político por meio de lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco de poder e, em especial, pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Santos (2012, p. 133), destaca que a “[...] “questão social” é, de um lado considerar a exploração do trabalho pelo capital e, de outro, as lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores organizados em face desta premissa central à produção e reprodução do capitalismo”.

Partindo dessa premissa, compreendemos que a “questão social” é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo de produção capitalista para Ianni (2004), esta categoria atravessa a história da formação da sociedade brasileira como fruto das desigualdades econômicas, políticas e culturais, cujas expressões mais latentes são a questão de classe, a questão racial e as desigualdades regionais sempre tencionando a relação entre sociedade civil e o poder estatal. Para o autor, “a questão social é de todos os lugares e de todos os tempos” (IANNI, 2004).

O desenvolvimento industrial no Brasil possibilitou novas relações sociais, econômicas, culturais e trabalhistas, no ano de 1870, há aos poucos, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, sem contar nas formações de grandes centros industriais e de grandes cidades. A industrialização brasileira trouxe também graves conflitos sociais, como a educação, habitação, saneamento básico, de infraestrutura, crescimento acelerado A institucionalização do Serviço Social no Brasil, surge da iniciativa de grupos e frações das classes dominantes, que se expressavam através da Igreja. Segundo Lima (2014),

[...] o Serviço Social, como todas as demais profissões, nasceu em conjunturas históricas que exigiam novas formas de atuação frente às necessidades sociais. No caso do Serviço Social, foi o surgimento e a agudização da “questão social”, que demandou a atuação de profissionais capacitados para lidar com a administração desta questão (LIMA, 2014, p. 46).

As transformações sofridas pela Igreja Católica em função do desenvolvimento do capitalismo e conseqüentemente a crise social no final do século XIX colocaram em pauta a “universalização da questão social” (SILVA, 2008 apud MARCHI, 1989, p.2). A Igreja neste momento realiza uma revisão da sua concepção de “males sociais”, transformando-os em problemas morais. E no final faz uma interpretação da questão social como um organismo doente a ser curado. Nos seus discursos a Igreja conta com a ajuda das encíclicas papais.

No que se refere à Doutrina Social da Igreja merecem destaque nesse contexto as encíclicas ‘Rerum Novarum’ do Papa Leão XIII de 1891, que vai iniciar o magistério social da Igreja no contexto de busca de restauração de seu papel social na sociedade moderna e a ‘Quadragesimo Anno’ de Pio XI de 1931 que, comemorando 40 anos da ‘Rerum Novarum’ vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja (YAZBEK, 2010, p. 4).



No início do processo de institucionalização da profissão, o trabalho dos assistentes sociais se resumia na correção de ‘desajustamentos sociais’. Nesse período, o Serviço Social era tido como um provedor do bem-comum, e que as mulheres tinham a “vocação” para esse trabalho. As primeiras ações profissionais tinham um viés de formação social, moral e intelectual das famílias, ou seja, uma prática profissional, baseada em atendimentos individualizados e prolongados, numa ideia de adequação ao comportamento moral esperado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Em 1932, com a organização e fundação do Centro de Estudos de Ação Social – CEAS, cuja a finalidade era difundir a doutrina social da igreja católica fundamentada filosoficamente no neotomismo<sup>10</sup>. O CEAS foi considerado uma expressão original do Serviço Social no Brasil. Ele se forma com o incentivo e sob o controle da classe dominante com o simples objetivo de:

Promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”, visando “tornar-se mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” e “adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas atividades e obras de caráter social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p.169).

A iniciativa de se criar uma escola de Serviço Social partiu das mulheres cristã e comprometidas com o combate às injustiças sociais, as mesmas eram vinculadas a Ação Católica. As primeiras escolas de Serviço Social que surgiu no Brasil, foi a de São Paulo (1936) e, posteriormente a do Rio de Janeiro (1937), na qual ficou marcada pela influência franco-belga de caráter religioso e base filosófica neotomista (originada de São Tomás de Aquino).

Nos anos de 1950 e 1960, o Serviço Social brasileiro acaba sofrendo a influência norte-americana, que resultou em uma prática profissional sustentada no positivismo e no funcionalismo.

Nesse cenário o Serviço Social estrutura seus métodos de atuação – Serviço Social de Caso, tendo como significativas referências Mary Hellen Richmond e, entre nós, Nadyr Gouveia Kfoury; Serviço Social de Grupo, com Edith Motta e Gisela Konopka e Serviço Social de Comunidade (ou DC) com Safira Bezerra Ammann e Myrian Veras Baptista, dentre outros. Esta última autora também é significativa referência no campo do planejamento social. No âmbito da História do Serviço Social e Administração em Serviço Social ganhou relevo a produção de Balbina Ottoni Vieira. A professora Helena Iracy Junqueira referenciava o campo da política social (BATTINI, 2016, p. 259).

---

<sup>10</sup>O Neotomismo é uma corrente filosófica surgida no século XIX com o objetivo de reviver e atualizar a filosofia e a teologia de santo Tomás de Aquino -o tomismo- a fim de explicar os problemas contemporâneos. Baseia-se, como o tomismo, na filosofia aristotélica para esclarecer e justificar racionalmente as desigualdades sociais.

Nos anos de 1960, inicia-se o Movimento de Reconceituação na América Latina, que é considerado um marco decisivo do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente, a qual se mostra uma preocupação dos profissionais em repensar a estrutura excludente do capitalismo. O Movimento de Reconceituação, como aponta Netto (2010), “[...] é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social ‘tradicional’.

O período da ditadura empresarial-militar que iniciou com o golpe em 1964, requisitou dos assistentes sociais uma nova postura em relação ao fazer profissional, uma vez que as ideias da igreja já não se faziam tanto efeito. Neste contexto da autocracia burguesa, o Serviço Social neste contexto se apresentava como reprodutor das formas tradicionais do início da profissão, com uma prática paliativa, caritativa e assistencialista. Para Battini (2016), no movimento de renovação do Serviço Social, a profissão caminhou em duas direções,

[...] de um lado, para a consolidação no Serviço Social das referências teóricas norte-americanas fundadas no funcionalismo e no pragmatismo, mas com manifestações contrárias na esfera das ciências sociais. Em direção contrária, com fundamentos no estruturo marxismo, esforços eram encetados na direção da Reconceituação do Serviço Social na busca da identidade latino-americana da profissão, por meio da valorização das peculiaridades regionais – Cone Sul, Região Andina, Centro-América e Caribe. No âmbito das ciências sociais, avança o debate sobre a ruptura de paradigmas conservadores na construção de uma visão crítica da realidade social motivado pela reação às ditaduras e ao imperialismo norte-americano e a luta contrária à reprodução dos modelos norte-americano e europeus. Nesse contexto, de um lado, o CBCISS capitaneia a afirmação da teorização do Serviço Social nos encontros de Araxá, Teresópolis, Alto da Boa Vista e Bom Clima. De outro lado, em 1965, no encontro da categoria profissional em Porto Alegre, institui-se o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social brasileiro, articulando os debates com profissionais da Argentina, Uruguai, Peru, Chile e demais países latino-americanos, na direção da construção da ruptura com o conservadorismo na profissão (BATTINI, 2016, p. 260-261).

O processo de renovação do Serviço Social brasileiro apresentou três tendências: a) a perspectiva modernizadora; b) a reatualização do conservadorismo; e c) a intenção de ruptura. A primeira tendência foi alicerçada nos documentos de Araxá e Teresópolis, em que o Serviço Social é concebido como instrumento de intervenção a ser operacionalizado nos marcos de manutenção do capitalismo;

A segunda direção, trata-se da perspectiva de reatualização do conservadorismo, que recupera a herança histórica e conservadora da profissão e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se designava como nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. Essa perspectiva possui uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional e utiliza-se da fenomenologia com práticas psicologizante.

A terceira direção, que é a intenção de ruptura, almejava romper totalmente com o Serviço Social tradicional, propunha uma quebra quer com seus procedimentos metodológicos, ideológicos e teóricos, com o seu conservadorismo e com a tradição positivista. Esta perspectiva recorre principalmente ao pensamento marxista, que era tida de forma progressiva na sociedade. “A perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas [...] (PAULO NETTO, 2005. p. 250), ou seja, dar uma nova face ao Serviço Social.

Esta perspectiva se constitui de três momentos distintos: o da sua emergência, o da sua consolidação acadêmica e do seu espraiamento sobre a categoria profissional. Essa perspectiva tem caráter opositor à autocracia burguesa. É caracterizada pela formação de uma massa crítica de assistentes sociais que se puseram a procurar alternativas para a superação da prática do Serviço Social tradicional. Sua emergência é baseada principalmente no método BH que surgiu na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais elaborado por jovens profissionais preocupados em dar uma nova visão ao Serviço Social, “[...] elaboraram (...) uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da intervenção profissionais e no plano da formação” (PAULO NETTO 2005.p. 263). Caracteriza-se também pelo reforço a teoria marxista, principalmente o “marxismo acadêmico”, que se desenvolve no correr do tempo com a crise da ditadura empresarial-militar. O Serviço Social se apropria das teorias marxistas, pois acreditavam em uma mudança social. Mas a leitura feita pelos assistentes sociais da época sobre o marxismo foi muito superficial o que causou uma concepção do assistente social como agente transformador da sociedade numa ideia de revolução.

A década de 1970, marca um importante momento para o Serviço Social, apesar de ainda está vivendo o contexto da ditadura empresarial-militar, a profissão intensifica cada vez mais o debate sobre sua prática profissional e busca se articular com a classe trabalhadora na busca pelo fim do período militar. Na live “75 anos da ABEPSS Norte”, a professora Dr. Josefa Batista Lopes relembra que a década de 1970, mais precisamente o ano de 1973 inicia-se no interior da ABESS um longo e intenso processo de revisão que resultou na construção do Currículo Mínimo em 1979-1982. A professora ainda coloca que a convenção que ocorreu em 1979 foi um importante marco para o III CBAS, que ficou conhecida como o “Congresso da Virada”. Segundo Mota; Rodrigues,

[...] o III CBAS se tornou uma referência no evoluir da profissão no país, justamente por ter inaugurado uma nova direção política, de caráter crítico e à esquerda, seja nas entidades organizativas profissionais e sindicais, seja nas vinculadas ao ensino do Serviço Social no país. Desde a segunda metade dos anos 1940, prevalecia nos fóruns de discussão e deliberação da profissão uma postura de pretensa neutralidade política,

de silêncio e, por vezes, de omissão em face da ditadura, durante o regime autocrático burguês instaurado com o golpe de 1964. (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 2001).

O III CBAS, marca o momento em que a profissão discute a direção ética, teórica e prática, é a partir deste Congresso que o Serviço Social estabelece um amplo processo de mudança no seio da profissão, a qual temos a maior vinculação com a classe trabalhadora, laicização e ampliação da profissão, maior militância política contra a ditadura, a criação de uma proposta metodológica no campo de trabalho, amplo desenvolvimento organizativo das entidades como Conselhos Regionais e Conselho Federal, mudanças no perfil profissional e na concepção de formação acadêmica, etc.

### **3.2 As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e o Debate Étnico-Racial**

A ABESS foi criada em 1946, após dez anos da instalação da primeira escola de Serviço Social no Brasil. Na live “75 anos da ABEPSS Norte”, o professor Dr. Reinaldo Pontes ressalta a transição da ABESS para ABEPSS, este momento é de grande valia para a profissão, pois decide fazer a incorporação da pós-graduação, além disso defende os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A elaboração do Currículo Mínimo até a aprovação em 1979, foi marcada por um longo e intenso processo de conhecer de fato a profissão, as suas demandas, os instrumentais e os profissionais que buscavam formar, a sua aprovação significou a afirmação de uma nova direção social hegemônica no seio acadêmico-profissional, e acabou por se consolidar com a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovada pela categoria em 1996.

As Diretrizes Curriculares são resultado de um amplo trabalho coletivo, a qual envolveram a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), mostra o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórico, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora.

É válido mais uma vez ressaltar, que esse processo de questionar a sua prática profissional tem início na década de 1960 e se intensifica na década de 1970, a partir da necessidade posta ao Serviço Social de dar novas respostas às demandas advindas de uma realidade social e política de profundas mudanças relacionadas às lutas democráticas travadas ao longo dos anos de ditadura civil militar. Segundo Iamamoto,

Foi este o solo histórico que tornou possível e impôs como socialmente necessário um amplo movimento de renovação do Serviço Social, que derivou em significativas alterações no campo do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais. (IAMAMOTO, 1993, p. 102).

A elaboração das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), assinala para a formação de um perfil profissional com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Por isso, nas diretrizes é colocado os componentes essenciais,

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p. 07).

Ainda segundo as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), para a efetivação de um projeto de formação profissional é necessário um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que são chamados de “Núcleos de fundamentação” (p. 08), que são característicos da formação profissional. São eles:

1. Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético políticos para conhecer o ser social;
2. Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórico da Sociedade Brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;
3. Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado (ABEPSS/CEDEPSS, 1997, p. 3-4).

Tais núcleos se tornam eixos articuladores dos conteúdos necessários para a formação e o trabalho profissional do assistente social e “[...] desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 63).

O Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, busca proporcionar a discussão acerca do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos demais núcleos. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura. Neste núcleo o trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades. (ABEPSS, 1996).

O núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórico da Sociedade Brasileira, refere-se ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira. O eixo busca tratar da configuração dependente, urbano industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica do Brasil. A inserção do núcleo permite a compreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico-raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS, 1996)

O último núcleo que é sobre os Fundamentos do Trabalho Profissional, propõem conteúdos sobre a profissionalização do Serviço Social, o mesmo trata da institucionalização, das mudanças ocorridas no seio da profissão, das discussões e construções das entidades representativas, da elaboração das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, do Código de Ética, do reconhecimento do caráter interventivo do/a assistente social, da competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política da profissão, etc. (ABEPSS, 1996).

O debate sobre a questão étnico-racial no âmbito do Serviço Social vem avançando muito nos últimos anos, apesar de tardio a inclusão do debate, é possível observamos crescentes iniciativas do conjunto CFESS/CRESS, da ABEPSS e da Enesso a exemplo: a criação do GTP-Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão e Resistências de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, a elaboração do texto: “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social” (2018), a campanha “Assistentes sociais no combate ao racismo” (2020), Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao racismo, a criação da plataforma Antirracista na página ABEPSS, além da promoção de eventos da categoria sobre a questão étnico-racial, percebemos o comprometimento em inserir o debate nos espaços acadêmicos e profissionais.

Diante dos avanços no interior da profissão, ressaltamos a necessidade de disciplinas que proporcione um debate étnico-raciais, para além de conhecer a história da escravidão no Brasil, precisa-se estudar e pautar o processo de abolição da escravatura de maneira crítica, pontuando elementos centrais nesse processo como o mito da democracia racial, a exclusão social, a libertação sem dar nenhum direito a população negra pelos mais 300 anos de escravidão etc., pois só estudando esses elementos entenderemos como o racismo permeia a sociedade até hoje e como este dificulta o acesso da população negra aos seus direitos, o que resulta em enormes índices de desigualdades já exposto no primeiro capítulo.

O necessário debate efetiva-se na medida em que a mesma, sob o rigor da análise crítica da sociedade capitalista e seu processo de produção e reprodução, deve ser considerada como um dos eixos estruturais e estruturantes das relações sociais. A autora Elpídio (2020) evidencia que:

O aprofundamento do debate sobre a questão racial [...], pode representar um tambor que ecoa forte! Ora, na batida do surdo de pesar pelo extermínio e silenciamento do povo negro ao longo da sua história. Ora, como repique de exortação e resistência nas encruzilhadas das quebradas, becos, vielas, favelas e quilombos onde se espalham mais de 50% da população que (re)existe neste país. Sendo assim, mediação indispensável para a formação e o trabalho profissional nas suas múltiplas dimensões (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) (ELPIDIO, 2020, p. 520).

Considerando que a questão étnico-racial se constitui como um elemento estruturante das relações sociais e, assim, deve ser apreendida com profundidade em toda a sua complexidade histórica, é clara a necessidade de inserir e materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas (PPCs) um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na formação profissional uma gradativa e efetiva discussão crítica e reflexiva sobre questão étnico-racial.

A inserção do debate étnico-racial na formação profissional cria possibilidades da construção de perfil intelectual e profissional capaz de se desenvolver com os rigores teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que desafiam os profissionais no seu exercício cotidiano, decifrando as mediações para a compreensão do real e sustentando o trabalho profissional que tem junto à população negra, ou seja, criando possibilidades de desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento de processos de acesso aos direitos, da auto-organização da classe e da superação do racismo em toda as formas (EURICO, 2017).

Diante do exposto, a formação profissional em Serviço Social precisa garantir uma formação antirracista, no debate: da formação sócio-histórica do Brasil, da questão social e particularidades regionais, nos direitos humanos, direitos sociais e legislação, na economia

política, nas políticas sociais, nos movimentos sociais, nos fundamentos do Serviço Social, na ética profissional, na instrumentalidade e estágio em Serviço Social, neste sentido, precisamos avançarmos muito, pois como indica o próximo capítulo a inserção da discussão étnico-racial nos três Núcleos de Fundamentação ainda não é uma realidade.



## **4 OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO NORTE**

### **4.1 Procedimentos Metodológico**

A presente pesquisa utilizou como método de análise a teoria social de Marx, este permite compreender a totalidade e as contradições dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que perpassam a vida em sociedade.

Por se tratar de um estudo bibliográfico e documental e, não possuir nenhum dado quantitativo, a pesquisa é de natureza qualitativa, uma vez que buscou-se analisar os fenômenos do objeto de estudo a partir da sua subjetividade.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito mais particulares, se atenta a um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001).

A pesquisa teve como lócus as unidades de formação acadêmica federais da região norte da ABEPSS, a qual é composta pelos estados Maranhão, Tocantins, Pará, Piauí e Amazonas.

Para a fundamentação teórica o referido projeto utilizou a pesquisa bibliográfica e documental, segundo Gil (2008)

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008, p. 52).

Ao que se refere a pesquisa bibliográfica foram utilizados artigos, monografias, dissertações e livros que discutiam o tema formação profissional; debate étnico racial; formação brasileira etc. Para a pesquisa documental utilizou-se o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social das universidades federais do Maranhão, Tocantins, Pará, Piauí e Amazonas e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

#### 4.1.2 Levantamento e análise dos dados

Os levantamentos de dados seguiram duas etapas. No primeiro momento buscou-se por livros, revistas, monografias e artigos que pudéssemos trançar uma linha de raciocínio que colaborasse para a interpretação dos dados coletados.

Nessa primeira etapa foi realizado a seleção dos textos que discutissem formação sócio-histórico brasileira, a formação profissional em Serviço Social, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a questão étnico-racial. A sistematização e análise dos textos se deu com leitura e fichamento dos mesmos.

Na segunda etapa foi realizado o levantamento das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, Projetos Pedagógico do Curso e as Resoluções sobre a criação dos cursos das universidades que foram *locus* dessa pesquisa, a busca por esses documentos aconteceu pelos seus respectivos sites oficiais das UFA.

*A priori* foi realizado a leitura das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a qual foi possível determinar como ocorreria a sistematização e análise dos dados. Após a leitura atenciosa dos PPCs e as Matrizes Curriculares, foi realizada a construções de tabelas, com as disciplinas das cinco universidades federais separadas por núcleo de fundamentação.

## 4.2 Caracterização das universidades federais da região norte

É inquestionável a importância de destacar a institucionalização das universidades federais do Maranhão, Piauí, Tocantins, Amazonas e Pará antes da exposição dos dados, uma vez que, cada instituição possui suas particularidades regionais de formação social, econômica e política. Dito isso, nos parágrafos a seguir será exposto um apanhado geral da trajetória de cada UFA.

Segundo o PPC de Serviço Social da UFMA (2016), a formação sócio-histórica do Maranhão é marcada por longos períodos de mandonismos políticos, a qual resultou em uma estagnação social, política, econômica e cultural. Temos no estado a grande concentração de propriedade, renda e riqueza na mão de poucos e uma grande pobreza na mão de muitos, não muito atoa o Maranhão apresenta os piores indicadores sociais, mesmo este possuindo um grande potencial de crescimento e desenvolvimento, considerando sua localização privilegiada. As transferências de renda oriundas das aposentadorias rurais e de Programas como o Bolsa Família, compõem um montante que representa quase toda a renda que circula em muitos municípios do Maranhão. O estado é marcado por um quadro social de profundas

desigualdades, expressas em baixos padrões no que se refere às condições de vida da maioria da população. É nesse contexto sócio-histórico que se institucionaliza e marca a importância da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), enquanto instituição que deve ser responsável pela produção de conhecimentos críticos capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento da sociedade na qual está inserida, particularmente dos segmentos subalternizados.

Ainda de acordo com o PPC, o curso é pioneiro na trajetória da formação profissional do/a assistente social no estado. Em 1953 houve a criação da Escola Maranhense de Serviço Social, a qual teve apoio e iniciativa da Arquidiocese de São Luís. Em 1961, a Escola Maranhense de Serviço Social passou à denominação de Faculdade de Serviço Social e integrou-se à Universidade Católica do Maranhão. No ano de 1966, que é quando se institucionaliza a UFMA, temos a passagem do curso para a rede federal.

No que tange ao Tocantins, na Resolução do CONSEPE/UFT n.º 10/2010, o estado se caracteriza pela multiculturalidade, isso porque a população é composta por quase 10 mil indígenas divididos em oito etnias, além de mais de 12 comunidades quilombolas segundo dados da Secretaria da Cultura e do Turismo. A economia do estado se situa basicamente no setor primário (agricultura, pecuária, extração vegetal e mineral) e a grande maioria dos empregos gerados se caracterizam por serem de curta duração. Temos também no Tocantins uma pequena parcela da população detentora de grande concentração de renda, de propriedade e do poder e em como consequência temos um contingente de pessoas em extrema pobreza.

Ainda segundo a Resolução, a UFT tem por objetivo produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, em outubro de 2000 é instituída a Universidade Federal do Tocantins (UFT), vale destacar que a instituição se deu partir da transferência dos cursos e da infraestrutura da Universidade do Tocantins (Unitins). A implementação do curso de Serviço Social só foi possível após discussões, elaborações de relatórios e consulta com a comunidade interna e externa, então em 2007/1 temos na UFT a primeira turma de Serviço Social.

De acordo com Campos (2020), a formação do estado do Pará está relacionada ao extrativismo da borracha e da madeira. Atualmente a economia do estado se sustenta na agricultura com o cultivo da soja, pimenta, cacau, limão, açaí e coco. A pecuária também possui um lugar de destaque na geração de renda, uma vez que o Pará possui uma criação extensiva de bovinos. O estado é marcado pelo grande conflito de terras, de um lado temos grandes propriedades de terras apossadas indevidamente através da grilagem por uma pequena parcela

da população e do outro lado temos milhares de pessoas sem terras que buscam um pequeno pedaço para que possa retirar o seu sustento e de sua família.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) foi institucionalizada em 2 de julho de 1957, com o objetivo de socializar e transformar o conhecimento científico na perspectiva de reproduzir a vida social com dignidade na Amazônia, e estimular a construção de novas políticas públicas e sociais na busca para superar desigualdades. A UFPA oferta o curso de Serviço Social em dois campus - Breves e Belém. Em 1963, através da integração da Escola de Serviço Social à Universidade Federal do Pará – UFPA é instituído o curso de Serviço Social na capital Belém. No ano de 2009, a Universidade Federal do Pará (UFPA), criou o primeiro curso de Graduação em Serviço Social fora da capital, que foi na cidade de Breves.

Ao tratarmos sobre do Amazonas, Mendonça (2020), revela que a floresta Amazônica ocupa a maior parte do território do estado, a sua ocupação está ligada diretamente a extração da borracha, a qual resultou em um grande desenvolvimento econômico e social, atraindo grandes investimentos estrangeiros. Com o declínio da extração do látex, aos poucos cidades foram esvaziadas, isso porque grande parte dos moradores eram de outros estados que migraram apenas para a extração da borracha. Vale destacar que o estado antes da ocupação dos seringueiros já se encontrava ocupada pelos povos originários. Hoje o extrativismo ainda é o principal motor de indução da economia local. Dados do IBGE (2020), mostra que 500 mil pessoas vivem em situação de extrema pobreza no estado.

De acordo com o PCC, a UFAM (2012) tem por objetivo de ministrar o ensino superior, desenvolver a pesquisa em todas as áreas do conhecimento e promover ações de Extensão, beneficiando a população da capital e do interior do Amazonas é que a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) se institucionalizou em 17 de janeiro de 1965. Assim como na UFPA, a UFAM oferta o curso em duas cidades: Parintins e Manaus. O curso de Serviço Social em Manaus 1968 e em Parintins 2007.

A história do Piauí mostra que a sua ocupação está intrinsecamente relacionada com o desenvolvimento da atividade pecuária, hoje sua economia é advinda principalmente da agropecuária, turismo e extrativismo. O estado é um dos principais produtores de energia eólica do Brasil. Apesar de possuir uma gama de fonte de renda o estado possui uma grande população vivendo em situação de pobreza, segundo IBGE (2019), 1,4 milhões de pessoas vivem com pouco mais de 400,00 reais, 457 mil vivem com 150,00 reais e 248 mil vivem apenas com 89,00 reais.

Em seu PPC (2012), a UFPI foi instituída como Fundação em 1968, a partir da junção de faculdades isoladas até então existentes no estado. O curso de Serviço Social foi criado na instituição em 1979. O curso de Serviço Social fica localizado na cidade de Teresina.

### **4.3 Raça/etnia nas matrizes curriculares dos cursos de Serviço Social da Região Norte**

É inegável que o Serviço Social vem avançando nos estudos étnico-raciais, mas devemos lembrar que o debate por muitos anos não esteve na agenda da profissão. Na palestra: A questão étnico-racial e o Serviço Social que ocorreu em 15 de maio de 2018 em comemoração ao dia do Assistente Social, a prof. Dra. Tais Pereira de Freitas da UFTM<sup>11</sup> expõe de forma didática que quando pensamos a discussão de raça na profissão é possível dividir em três momentos: o primeiro diz respeito ao surgimento da profissão em 1930-1940 (a qual não reconhece a necessidade do debate), o segundo corresponde aos anos de 1960-1970 (é o momento em que a profissão se aproxima do debate, mais ainda de forma tímida) e o último corresponde aos anos de 1980 até os dias atuais (que é o momento em que reconhecemos a importância do debate para a profissão).

Com as leituras dos autores que dispõem a falar do surgimento da profissão em 1930, mais precisamente em 1936 que é quando surge a primeira escola de Serviço Social, percebemos que a profissão não reconhece de nenhum modo a questão étnico-racial, ora acabamos de “abolir” a escravidão, sem dar nenhuma garantia de inserção da população negra na sociedade que estava a se formar, não deveria este profissional se preocupar com esta população? Claro que não, pelo menos naquele momento. Os/as assistentes sociais eram oriundos da classe dominante do período escravocrata, atendiam trabalhadores das fábricas, vale destacar que o projeto de branqueamento da população brasileira vai trazer grandes números de pessoas de outros países e estes/as eram os/as trabalhadores que os/as assistentes sociais atendiam. Nos perguntamos quem dava assistência a população negra, é muito simples, a polícia.

Os anos de 1960-1970 é marcado pelo movimento de renovação da profissão, temos acesso aos primeiros textos de Marx, na verdade releituras que muitas das vezes eram enviesadas. Percebemos também um momento de aproximação da profissão com a realidade social e também uma sutil aproximação com a questão étnico-racial através dos movimentos sociais.

---

<sup>11</sup> Palestra: A questão étnico-racial e o Serviço Social, ocorrido no dia 15 de maio de 2018, na UNESP - Franca, em homenagem ao dia do Assistente Social. A palestra está disponível no Canal Fórum de Debates e entrevistas no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=HGohkqiPmp4&t=3768s>>.

Quando pensamos a profissão a partir do movimento de Reconceituação/Renovação, com a construção da Constituição Federal de 1988, com a atualização do Código de Ética (1993), com a elaboração das Diretrizes Curriculares do Serviço Social (1996), percebemos uma profissão que começa a pensar e se preocupar com a questão étnico-racial no Brasil.

Como exposto anteriormente o estudo da questão étnico-racial ainda é novidade para o curso de Serviço Social, a introdução desse debate nos currículos da profissão é imprescindível, já destacava Clóvis Moura (1983), que

[...] não se estudar os quatrocentos anos de escravidão, as suas limitações estruturais, as suas contradições, as limitações do seu ritmo de produção, e, finalmente, a alienação total da pessoa humana - explorados e exploradores - é descartar ou escamotear o fundamental.

Montado o sistema escravista, o cativo passou a ser visto como coisa e o seu interior, a sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse praticamente sem verticalidade; a sua rehumanização só era encontrada e conseguida na e pela rebeldia, na sua negação conseqüente como escravo [...] (MOURA, 1983, p. 01).

Percebemos o avanço da profissão em relação ao debate étnico-racial quando nos seus princípios VI, VIII e XI do Código de Ética (1993), declara o empenho para a eliminação de todas as formas de preconceito e luta por uma nova ordem societária livre da dominação de raça, gênero, etnia e classe. Também temos a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa- GTP, o debate realizado na Assembleia da ABEPSS em Natal-RN em 2014, e a elaboração da minuta na Oficina Nacional da ABEPSS, realizada no Rio de Janeiro, em 2015, no qual os mesmos salientam a importância da inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, do debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal", bem como a realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio.

Para além desses avanços nos seios da profissão, também temos a aprovação da Lei n.º 10.639/03 e a 11.645/2008, assim como a Resolução n.º 01 do Conselho Nacional de Educação-CNE/MEC/2004, no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico-raciais nos currículos. No § 1º da RESOLUÇÃO N.º 1, de 17 de junho 2004, destaca que,

As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 (BRASIL, 2004, p. 31).

A construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), expressa também um grande avanço, os Núcleos de Fundamentação nos dão a esperança que finalmente teremos a incorporação mais incisiva da questão étnico-racial nos PPCs, vale destacar que os Núcleos formam um tripé de conhecimentos importantíssimo para a formação profissional.

Para este momento de levantamento das disciplinas que aborda a temática étnico-racial, buscamos identificar, através dos títulos e ementas das disciplinas curriculares, as palavras-chave relativas ou associadas à categoria estudada, por isso as seguintes palavras: etnia, raça, racismo, etnocentrismo, discriminação racial, negro/a, afrodescendente, afro-brasileiro/a, indígena, matriz africana, quilombola, movimento negro, democracia racial, diversidade étnica e diversidade racial foram utilizadas para esta pesquisa.

Nos quadros abaixo podemos verificar que, no conjunto das disciplinas contidas nos 07 PPCs analisados, somente 20 fazem referência à temática étnico-racial:

Quadro 1- Disciplinas que possuem em sua ementa a temática étnico-racial na UFAM-Campus Parintins e Manaus (PPC 2012-2019)

| <b>Disciplina</b>                  | <b>Categoria</b>              | <b>Caráter</b>    | <b>Carga Horária</b> | <b>Período</b> |
|------------------------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|----------------|
| Direito e Legislação social        | Indígenas                     | Obrigatória       | 60h                  | 7°             |
| Questão Urbana e Rural na Amazônia | Negros; Indígenas; Quilombola | Optativa          | 60h                  | -              |
| Gênero, raça e etnia               | Raça; etnia                   | Tópicos Especiais | 30h                  | 8°             |
| Questão indígena                   | Indígena                      | Tópicos Especiais | 30h                  | 8°             |
| História Cultural da Amazônia      | Indígenas                     | Obrigatória       | 60h                  | 3°             |

Fonte: Autor, 2022.

Quadro 2- Disciplinas que possuem em sua ementa a temática étnico-racial- UFMA (PPC 2016)

| <b>Disciplina</b> | <b>Categoria</b> | <b>Caráter</b> | <b>Carga Horária</b> | <b>Período</b> |
|-------------------|------------------|----------------|----------------------|----------------|
|-------------------|------------------|----------------|----------------------|----------------|

|  |                        |             |     |    |
|--|------------------------|-------------|-----|----|
| Relações Étnico-Raciais no Brasil e Serviço Social | Étnico-Racial; Racismo | Obrigatória | 30h | 3° |
| Relações de Gênero e Serviço Social                | Raça; Etnia            | Obrigatória | 30h | 4° |
| Movimentos Sociais e Serviço Social                | Raça; Etnia            | Obrigatória | 60h | 3° |
| Serviço Social e Questão Social I                  | Raça; Etnia            | Obrigatória | 60h | 2° |

Fonte: Autor, 2022.

Quadro 3- Disciplinas que possuem em sua ementa a temática étnico-racial UFPA- Campus Belém e Breves (PCC 2010-2016)

| <b>Disciplina</b>                         | <b>Categoria</b> | <b>Caráter</b> | <b>Carga Horária</b> | <b>Período</b> |
|---|------------------|----------------|----------------------|----------------|
| Introdução à Antropologia                 | Etnocentrismo    | Obrigatória    | 60h                  | 1°             |
| Movimento Sociais no Brasil e na Amazônia | Étnico-raciais   | Obrigatória    | 60h                  | 3°             |
| Relações de Gênero e Etnia                | Raça; Etnia      | Obrigatória    | 60h                  | 8°             |
| Gênero, Orientação Afetiva-Sexual e Etnia | Racismo; Racial  | Optativa       | 60h                  | -              |
| Sociedade e Gênero                        | Raça; Etnia      | Optativa       | 60h                  | -              |

Fonte: Autor, 2022.



Quadro 4- Disciplinas que possuem em sua ementa a temática étnico-racial UFPI  
(PCC 2012)

| <b>Disciplina</b>                                  | <b>Categoria</b> | <b>Caráter</b> | <b>Carga Horária</b> | <b>Período</b> |
|--|------------------|----------------|----------------------|----------------|
| Iniciação Antropológica                            | Etnocentrismo    | Obrigatória    | 60h                  | 3°             |
| Diversidade de Gênero, Sexo, Classe e Etnia Racial | Raça; Etnia      | Optativa       | 60h                  | -              |

Fonte: Autor, 2022.

Quadro 5- Disciplinas que possuem em sua ementa a temática étnico-racial UFT  
(PCC 2010)

| <b>Disciplina</b>                            | <b>Categoria</b>              | <b>Caráter</b> | <b>Carga Horária</b> | <b>Período</b> |
|--|-------------------------------|----------------|----------------------|----------------|
| Antropologia                                 | Etnias                        | Obrigatória    | 60h                  | 3°             |
| Movimentos Sociais e Serviço Social          | Etnias                        | Obrigatória    | 60h                  | 5°             |
| Cultura Brasileira e a Questão Étnico-Racial | Étnico-raciais; Negro; Racial | Obrigatória    | 60h                  | 9°             |
| Povos Indígenas do Tocantins                 | Indígenas; Étnico             | Optativa       | 60h                  | -              |

Fonte: Autor, 2022.

Neste levantamento, notou-se que a categoria “etnia/raça” é a mais abordada no conjunto das disciplinas, seguida das categorias “Indígenas” e “etnocentrismo”. Embora não seja possível fazermos um grande debate acerca desse dado, tendo em vista que este não é nosso objetivo, é importante destacar que enquanto raça e etnia referem-se à condição étnico-racial dos sujeitos sociais, ou seja, à forma pela qual os sujeitos se autodeclaram étnico-racialmente, o etnocentrismo enfoca a relação de superioridade étnica de um grupo étnico em relação a outro,

com base na disseminação de valores como universais e superiores. Ainda que essas categorias estejam, em alguma medida, interligadas e relacionadas, sobretudo à dimensão da cultura e à formação identitária dos sujeitos sociais, muitas vezes podem ser abordadas de modo a desconsiderar a sua dimensão histórica. A identidade, a segregação ou a integração étnico-racial fazem parte de uma construção sócio-histórica (ROCHA, 2014).

Podemos notar que obtivemos um avanço no que diz respeito ao caráter das disciplinas, uma vez que, dos 20 componentes curriculares levantados, 7 são optativas e 13 obrigatórias, com isso criamos a possibilidade de que pelo ao menos os estudantes passarão pela discussão étnico-racial antes de se formar, porém compreendemos que uma única disciplina não abarca toda a complexidade histórica, por isso precisamos ainda avançarmos na efetivação de um conjunto de disciplinas, na transversalidade desta discussão e, em atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam uma gradativa e efetiva superação dessa lacuna que apesar dos avanços, ainda persiste.

O quadro a seguir dispõem sobre as disciplinas que possuem em sua ementa o debate étnico-racial por Núcleo de Fundamentação:

Quadro 6- Disciplinas que possuem em sua ementa o debate étnico-racial por Núcleo de Fundamentação de acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996)

| UF           | Núcleo de Fundamentos Teórico- Metodológicos da Vida Social                                  | Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórico da Sociedade Brasileira   | Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional |
|--------------|--|---|--|
| UFPI         | Iniciação Antropológica  | Diversidade de Gênero, Sexo, Classe e Raça  |  |
| UFT          | Antropologia   | Formação Social, Econômica e Política do Brasil;<br>Movimentos Sociais e Serviço Social.<br>Cultura Brasileira e Questão étnico-racial;<br>Povos Indígenas no Tocantins |  |
| UFMA         | Relações de Gênero e Serviço Social;<br>Relações Étnico Raciais no Brasil e o Serviço Social | Movimentos Sociais e Serviço Social.<br>Serviço Social e Questão Social I   |  |
| UFPA- Belém; | Introdução à Antropologia;<br>Sociedade e Gênero   | Formação socioeconômica e política do Brasil e da Amazônia;<br>Relações de gênero e Etnia;  |  |

|                               |                             |  |  |
|-------------------------------|-----------------------------|--|--|
| Breves                        |                             | Gênero, Orientação Afetivo-sexual e Etnia  |  |
| UFAM-<br>Manaus;<br>Parintins | Direito e Legislação social | História Cultural da Amazônia;<br>Questão Urbana e Rural na Amazônia;<br>Gênero, raça e etnia;<br>Questão indígena |  |

Fonte: Autor, 2022.

A informações contidas no quadro 6, nos faz refletir que necessitamos avançarmos na transversalidade do debate étnico-racial. Compreende-se que a inserção do debate em todos os núcleos de fundamentação é primordial, uma vez que a “questão social”, objeto de trabalho dos/as assistentes sociais é indissociável da questão étnico-racial, a autora Eurico (2013), destaca que

É na esfera das relações sociais que a questão racial ganha amplitude, na forma como a população negra acessa a riqueza socialmente produzida, ao estabelecer relações afetivas, no acesso e na permanência no mercado de trabalho, na invisibilidade escolar, enfim é na vida cotidiana que a diversidade racial ganha contornos de desigualdade social. (EURICO, 2013, p. 295).

As disciplinas “Questão Social”, “Política Social”, “Fundamentos Históricos e teórico Metodológicos do Serviço Social”, “Estágio”, “Análise da Realidade Social”, “Movimentos Sociais e Serviço Social”, “Formação Sócio-histórica Brasileira”, são componentes que obrigatoriamente deveria inserir o debate étnico-racial, uma vez que, são componentes centrais da formação. A profissão precisa considerar que as dificuldades apresentadas na realidade social brasileira não estão limitadas apenas ao modo de produção capitalista, mas também estão vinculadas aos quase quatrocentos anos de escravidão no Brasil, ou seja, a temática étnico-racial, por compreendemos este um elemento estruturante na formação das relações sociais, os temas raça e etnia pode e deve também ser tratada como tema transversal em diferentes núcleos.

Para além do número de disciplinas que contemple este debate, a preocupação em inserir essa discussão no processo de formação profissional precisa, em consonância com as Diretrizes Curriculares do Serviço Social (1996), ser tratada sob a perspectiva da totalidade social. Não pode ser vista apenas como mais um tópico de um conteúdo curricular. A questão étnico-racial precisa ser tratada como elemento estruturante das relações sociais brasileiras, uma vez que deixar de fora dessa discussão a história das populações negras e indígenas, estamos “mutilando” a história da formação social brasileira, pois, “[...] a questão racial sempre foi, tem sido e continuará a ser um dilema fundamental da formação, conformação e transformação da

sociedade brasileira” (IANNI, 2004, p. 143). Seguindo a mesma linha de pensamento, Almeida (2018) destaca que,

O racismo, [...] é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e das relações de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento também podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista. Em suma: para se renovar, o capitalismo precisa, muitas vezes, renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença em face da igualdade racial sob o manto da democracia (ALMEIDA, 2008, p. 144).

O que se percebe ao analisar os PPCs da UFT, UFPA- campus Breves e Belém, UFPI, UFAM- campus Manaus e Parintins e UFMA é que apesar dos avanços de inserir esse debate nos espaços de luta da profissão, ainda caminhamos pouco para na incorporação nos três núcleos de fundamentação, ora como vamos elaborar políticas sociais, lutar contra todas as formas de preconceitos e construir uma nova ordem societária se as disciplinas que temos sobre a questão étnico-racial não ultrapassa os 10% e se encontra na sua grande maioria no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórico da Sociedade Brasileira.

Ressaltamos mais uma vez que, necessitamos de disciplinas que falem sobre as questões étnico-raciais, para além de conhecer a história da escravidão no Brasil, precisamos estudar o processo de abolição da escravatura de maneira crítica, pontuando elementos centrais nesse processo como o mito da democracia racial, a exclusão social, a libertação sem dar nenhum direito a população negra pelos quase quatrocentos anos de escravidão, pois só estudando esses elementos entenderemos como o racismo permeia a sociedade até hoje e como este dificulta o acesso da população negra aos seus direitos, o que resulta em enormes índices de desigualdades já exposto no primeiro capítulo.

Portanto, reiteramos que para uma intervenção efetiva nas manifestações da “questão social”, o/a assistente social precisa considerar os impactos da escravidão e do racismo na dinâmica das relações sociais e desenvolver estratégias que colabore para a transformação da realidade social e a construção de uma nova ordem societária. Portanto, é imprescindível uma formação profissional em Serviço Social crítica e, ao mesmo tempo, que garanta uma educação antirracista.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão traçada no decorrer deste Trabalho de Conclusão de Curso se configurou como um grande desafio, pois buscou de forma crítica e reflexiva discorrer sobre o processo de formação social, cultural e política brasileira, a institucionalização do Serviço Social e as transformações ocorridos no seio da profissão e, por fim, a análise dos dados colhidos.

Com a análise dos dados, chegamos à conclusão que apesar de termos o Código de Ética Profissional (1993), que coloca em seus princípios a superação dessa sociedade e a construção de outra que seja livre de qualquer tipo de preconceito e dominação de raça, gênero, classe e etnia e, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS com seus Núcleos de Fundamentação com conteúdo que são essenciais para a nossa formação, ainda sentimos falta de uma incorporação mais efetiva nos PPCs sobre a história do Brasil, o papel da população negra na construção e consolidação deste país, da organização e resistência dessa população, da “abolição” da escravidão sem dar nenhum direito a esta população e as consequência disso na “questão social” e na sustentação do capitalismo brasileiro.

Compreendemos que avanço e o amadurecimento dessa discussão nos espaços profissionais do Serviço Social, tanto na esfera acadêmica-teórica, quanto na ação política é imprescindível. A inserção de mais disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na graduação e pós-graduação é fundamental para abarcarmos cada vez o debate étnico-racial, pois compreendemos que uma única disciplina não consegue dar conta da complexidade da temática.

Portanto, o estudo aqui exposto procurou de forma crítica analisar o debate étnico-racial na formação profissional em Serviço Social da região norte. Apesar de poucos avanços, esperamos que nos trabalhos futuros sejam incorporadas outras categorias que são essenciais para a compreensão da “questão social” no Brasil, são elas gênero e classe, pois compreendemos que a questão racial articulados com as categorias de gênero e classe é importante para entender as particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro, as tendências e processos de trabalho, a conformação das relações sociais no Brasil, a intervenção do Estado e papel das políticas sociais e a natureza das demandas e requisições profissionais. Portanto, desejamos profundamente que esse trabalho possa gerar futuros debates, estudos, pesquisas e acima de tudo materialização para que consigamos efetivar uma formação crítica e de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional.** In: **Cadernos ABESS**, n. 6, set. São Paulo: Cortez, 1993.

ACAYABA, Cintia; ARCOVERDE, Leo. **Negros têm mais do que o dobro de chance de serem assassinados no Brasil, diz Atlas; grupo representa 77% das vítimas de homicídio.** G1 São Paulo: 31 de ago. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/31/negros-tem-mais-do-que-o-dobro-de-chance-de-serem-assassinados-no-brasil-diz-atlas-grupo-representa-77percent-das-vitimas-de-homicidio.ghtml>>. Acesso em 20 de out. de 2022.

AGÊNCIA SENADO. Elisa Chagas. **DataSenado: quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante pandemia.** 12 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante&gt>>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial.** **Revista Katálysis**, v. 12, p. 188-197, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva; HELENA, Terra Sylvia. **Código de ética do (a) assistente social comentado.** Cortez Editora, 2014.

BATTINI, Odária. **Apontamentos sobre a História do Serviço Social no Brasil—80 anos.** **Serviço Social em Revista**, v. 19, n. 1, p. 155-170, 2016.

BRASIL. **Lei N. 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei N. 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 12 de ago. de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Covid-19. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>> acesso em 10 de jun. de 2022.

CAMPOS, Mateus. Pará. **Canal UOL.** Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/para-6.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

DA REDAÇÃO. No Amazonas 500 mil vivem em extrema pobreza com menos de R\$ 155 por mês. **Amazonas Atual**, dez. 2021. Disponível em: <<https://amazonasatual.com.br/no-am-500-mil-vivem-em-extrema-pobreza-com-menos-de-r-155-por-mes>>. Acesso em 21 de maio de 2022.

DE DIRETRIZES CURRICULARES, Lei. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** 1996.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gT59G3-od7Y&t=3247s>> Acesso em 30 de maio de 2022.

ELPÍDIO, Maria Helena; ROCHA, Roseli; VALDO, José Paulo da Silva. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social**. 2018.

EURICO, Márcia Campos. Da Escravidão ao Trabalho Livre: contribuições para o trabalho do assistente social. **Ser Social**, Brasília (DF), v.19, n. 41, p. 41-42, 2013.

EXTRATIVISMO. Dicio, **Dicionário Online** de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/extrativismo/>>. Acesso em: 01 de set. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978.

GALA, Paulo. **A Formação do Brasil no Atlântico Sul**. In: REGO, Jose Marcio; MARQUES, Rosa Maria Marques (Org.). **Formação econômica do Brasil**. Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 25-55.

GALA, Paulo; REGO, José Márcio. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial**. In: REGO, Jose Marcio; MARQUES, Rosa Maria Marques (Org.). **Formação econômica do Brasil**. Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 56-72

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 25. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. In: **Cadernos ABESS**, n. 6, set. São Paulo: Cortez, 1993

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica**, v. 41, 2019.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LIMA, Rita de Lourdes de. Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social & Sociedade**, p. 45-68, 2014.

MARCHANT, Alexander. **Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580**. **Brasiliana**, 1943.

MENDONÇA, Gustavo Henrique. Amazonas. **Canal UOL**. Disponível em: < <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/amazonas.htm>> Acesso em: 20 de maio de 2022.

MENEZES, Franciane Cristina de. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. **Revista Libertas**, v. 13, n. 1, 2013.

MORENO, Soyonara. Apenas 60% dos jovens negros concluem Ensino Médio no Brasil, diz OCDE. **Rádio Agência Brasil Nacional**: 08 de jul. de 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2021-07/apenas-60-dos-jovens-negros-concluem-ensino-medio-no-brasil-diz-ocde>>. Acesso em 20 de out. de 2022.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. **Afro-Ásia**, n. 14, 1983. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20824/13425>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3º ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. Cortez Editora, 2005.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**, v. 4, p. 141-160, 2006.

NUZZI, Vitor. Desemprego segue maior entre mulheres, negros e jovens; 30% procuram emprego há mais de 2 anos. **Brasil de fato**: 12 de ago. de 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/08/12/desemprego-segue-maior-entre-mulheres-negros-e-jovens-30-procuram-emprego-ha-mais-de-2-anos>>. Acesso em 18 de out. de 2022.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa sobre COVID-19**. Brasília (DF). Disponível em <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em 18 de setembro 2022.

PALESTRA: A questão étnico-racial e o Serviço Social. **Youtube: Fórum de Debates e Entrevistas**, 15 de Maio de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HGohkqiPmp4&t=3765s>>. Acesso em 10 junho de 2022.

PENSSAN, Rede. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN. **Relatório final**. São Paulo: **Fundação Friedrich Ebert/Rede PENSSAN**, 2022. Disponível: <<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>>. Acesso em 30 de setembro 2022.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.



PINTO, Régia Maria Prado. As determinações do capitalismo dependente e suas inflexões na atualidade brasileira. **Anais da JOINPP**, 2019.

POMAR, Wladimir. Classes e lutas de classes: burguesia e ditadura. **Correio da Cidadania**: 06 de maio de 2014. Disponível em: <<https://www.correiodacidade.com.br/colunistas/wladimir-pomar/9578-06-05-2014-classes-e-luta-de-classes-burguesia-e-ditadura>>. Acesso em 16 de out. de 2022.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Companhia das Letras, 2011.

RESENDE, Rodrigo. Relatório da CPI aponta que população negra foi mais atingida durante a pandemia. Rádio Senado: 29 de dez. de 2022. Disponível: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/10/29/relatorio-da-cpi-aponta-que-populacao-negra-foi-mais-atingida-durante-a-pandemia>>. Acesso em 30 de setembro 2022.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

ROMERO, Maria. Quase metade da população piauiense vive com menos de R\$ 450 por mês, diz IBGE. **Piauí: TV Clube**, 20 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2020/11/12/quase-metade-da-populacao-piauiense-vive-com-menos-de-r-450-por-mes-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em 22 de maio de 2022.

SADER, Emir (Ed.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Boitempo Editorial, 2015.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.

Sem autor. **Mangueira - Samba-Enredo 2019**. Letras, 2019. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/sambas/mangueira-2019/>>. Acessado em: 20 de ago. de 2021.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sociohistóricos**. Cuiabá: EdUFTM, 2008, 62-115p.

SILVA, Marcos Antônio Batista da. **Pesquisas contemporâneas sobre a condição do negro no Brasil e a universidade: tendências e debates (1988-2016)**. **Quaestio: Revista de Estudos em Educação**, v. 22, n. 1, p. 167-188, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Brasil: radiografia de um modelo**. Vozes, 1975.

TV ABEPSS. **Live 75 ABEPSS REGIONAL NORTE**. Youtube, 15 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gT59G3-od7Y&t=3248s>>. Acesso em 20 de out. de 2022.

UFAM. Universidade Federal do Amazonas. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**, Campus Parintins. 2012. Disponível em: < <https://www.icsez.ufam.edu.br/cursos-de-graduacao/servico-social.html>>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

UFMA. Universidade Federal do Maranhão. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**, do Campus de São Luís. 2016. Disponível em: <[https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/curriculo\\_curso.jsf?lc=pt\\_br&id=85822](https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/curriculo_curso.jsf?lc=pt_br&id=85822)>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

UFPA. Universidade Federal do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**, Campus Breves. 2016. Disponível em: < [https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt\\_BR&id=148125](https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=148125)>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**, do Campus Teresina. 2012. Disponível em: < [https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74204&lc=pt\\_BR](https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74204&lc=pt_BR)>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

UFT. Universidade Federal do Tocantins - UFT. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**, do Campus de Miracema Nº 10/2010. Palmas, 2010. Disponível em: < <https://ww2.uft.edu.br/index.php/>>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

UNICEF. **Crianças de 6 a 10 anos são as mais afetadas pela exclusão escolar na pandemia, alertam UNICEF e Cenpec Educação**: Estudo traz um panorama da exclusão escolar antes e durante a pandemia, e mostra que o Brasil corre o risco de regredir duas décadas no acesso de meninas e meninos à educação. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-de-6-10-anos-sao-mais-afetadas-pela-exclusao-escolar-na-pandemia>>; Acesso em: 11 de set. de 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF**, 2009.

## APÊNDICE

Quadro 1- Núcleo de Fundamentos Teórico- Metodológicos da Vida Social

| UFT  | UFMA   | UFPA- Breves   | UFPA- Belém  |
|--|--|--|--|
| Sociologia I;<br>Sociologia II;<br>Ciência Política;<br>Filosofia;<br>Economia<br>Política e Serviço<br>Social I;<br>Psicologia Social;<br>Antropologia;<br>Trabalho e<br>Sociabilidade. | Sociologia e<br>Antropologia;<br>Economia Política;<br>Filosofia;<br>Metodologia nas<br>Ciências Sociais e<br>Serviço Social;<br>Psicologia Social;<br>Sociologia;<br>Teoria Política;<br>Trabalho e<br>Relações<br>Sociais;<br>Relações Étnico<br>Raciais no Brasil e o<br>Serviço<br>Social;<br>Relações de Gênero<br>e<br>Serviço Social. | Economia Política;<br>Política Social;<br>Introdução à<br>Sociologia;<br>Português<br>Instrumental;<br>Introdução à Filosofia;<br>Introdução à<br>Antropologia;<br>Introdução à<br>Psicologia;<br>Oficina de<br>Indicadores Sociais. | Filosofia e Serviço<br>Social;<br>Teorias Sociológicas e<br>Serviço Social;<br>Ciência Política;<br>Teorias Econômicas e<br>Serviço Social;<br>Teorias Psicológicas;<br>Antropologia Cultural;<br>Psicologia Social;<br>Política Social;<br>Legislação Social. |

| UFAM- Parintins   | UFPI  | UFAM- MANAUS  |
|---|---|---|
| Ciência Política;<br>Comunicação em Prosa;<br>Moderna Economia Política;<br>Introdução a Antropologia Cultural;<br>Introdução a Filosofia;<br>Metodologia do Trabalho Científico;<br>Psicologia Social e Serviço Social;<br>Teoria Sociológica;<br>Teoria do Conhecimento | Introdução à Filosofia;<br>Economia Política;<br>Int. Técnicas Est.<br>Organização<br>Trabalho Científico;<br>Iniciação Sociológica;<br>Psicologia Geral;<br>Iniciação à Política;<br>Direitos e Cidadania;<br>Oficina II – Vivências em Pesquisa e Extensão;<br>Iniciação Antropológica;<br>Ética Geral. | Ciência Política Clássica;<br>Direito e Legislação Social;<br>Economia Política;<br>Aplicada ao Serviço Social;<br>Fundamentos Sociológicos I;<br>Introdução à Antropologia;<br>Introdução ao Pensamento Filosófico;<br>Língua Portuguesa I;<br>Metodologia do Trabalho Científico;<br>Política Social;<br>Psicologia aplicada ao Serviço Social<br>Teoria do Conhecimento. |

Quadro 2- Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórico da Sociedade Brasileira

| <b>UFT</b>  | <b>UFMA</b>   | <b>UFAM- Parintins</b>  | <b>UFAM- Manaus</b>  |
|---|---|---|--|
| Formação Social,<br>Econômica e Política<br>do Brasil;<br>Formação Social,<br>Econômica e Política<br>da Amazônia;<br>Análise da Realidade<br>Social;<br>Questão Social e<br>Serviço Social;<br>Política Social I, II;<br>Movimentos Sociais e<br>Serviço Social;<br>Direitos Humanos e<br>Serviço Social;<br>Estatística I, II;<br>Direito e Legislação<br>Social;<br>Serviço Social e o<br>Conceito de Família;<br>Fundamentos do<br>Controle Social;<br>Cultura Brasileira e<br>Questão étnico-racial. | Formação Sócio<br>Histórica do<br>Brasil e Serviço<br>Social;<br>Movimentos<br>Sociais e<br>Serviço Social;<br>Política Social<br>I, II;<br>Serviço Social e<br>Questão Social<br>I, II, III; | Direito e Legislação<br>Social;<br>História Cultural da<br>Amazônia;<br>Estado, Classes e<br>Movimentos<br>Sociais;<br>Formação Social,<br>Econômica e<br>Política do Brasil;<br>Política Social I, II;<br>Questão Social na<br>Amazônia;<br>Trabalho e<br>Contemporaneidade; | Formação Social<br>Econômica e Política do<br>Brasil;<br>Questão Social na<br>Amazônia;<br>Sociedade Civil e<br>Movimentos Sociais na<br>Amazônia; |

| UFPA- Breves  | UFPA- Belém  | UFPI  |
|---|--|---|
| <p>Formação socioeconômica e política do Brasil e da Amazônia;</p> <p>Formação socioeconômica e política do Marajó;</p> <p>Questão urbana e rural na Amazônia;</p> <p>Movimentos Sociais no Brasil e na Amazônia;</p> <p>Legislação Social aplicada ao Serviço Social;</p> <p>Relações de gênero e Etnia.</p> | <p>Formação Socioeconômica e Política do Brasil e da Amazônia;</p> <p>Movimentos Sociais no Brasil e na Amazônia;</p> <p>Pensamento Filosófico Contemporâneo;</p> <p>Pensamento Sociológico Contemporâneo;</p> <p>Estado e Sociedade na Contemporaneidade;</p> <p>Diversidade Étnico-Racial.</p> | <p>Formação Sócio-Histórica do Brasil;</p> <p>Formação Sócio-Histórica do Nordeste e Piauí;</p> <p>Diversidade De Gênero, Sexo, Classe E Etnia Racial;</p> <p>Questão Social No Brasil;</p> <p>Oficina I – Expressões E Vivências Da Questão Social No Piauí;</p> <p>Política Social I, II, II.</p> |

Quadro 3- Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional

| <b>UFT</b>   | <b>UFMA</b>   | <b>UFAM- Parintins</b>   | <b>UFAM- Manaus</b>  |
|--|---|--|--|
| Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Históricos e teórico Metodológicos do Serviço Social I, II, III; Metodologia do Trabalho Científico; Pesquisa em Serviço Social I, II, III; Ética e Serviço Social; Gestão e Planejamento em Serviço Social; Serviço Social e Processo de Trabalho; Magistério e Supervisão em Serviço Social; Estágio e Supervisão Acadêmica I, II, II, IV; | Administração e Supervisão em Serviço Social; Ética Profissional em Serviço Social; Fundamentos Históricos e Teórico Metodológicos do Serviço Social I, II, III; Metodologia do Trabalho Científico; Pesquisa em Serviço Social I, II; Planejamento Social; Serviço Social e Processos de Trabalho; Educação Popular e Serviço Social; Estágio I, II; Oficina de Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social I, II; TCC I, II. | Análise de Indicadores para o Serviço Social; Análise Institucional; Ética Profissional em Serviço Social; Introdução ao Serviço Social; Instrumentalidade do Serviço Social; Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I, II, III; Gestão e Planejamento em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Serviço Social na Contemporaneidade; Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II, III; TCC I e II. | Atividade de Pesquisa I, II; Estágio em Serviço Social I, II, III; Estatística Aplicada às Ciências Sociais; Ética Profissional em Serviço Social; Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social I, II, III, IV; Gestão Social e Planejamento em Serviço Social; Introdução ao Serviço Social; Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso; Pesquisa em Serviço Social; Avaliação de Política Pública e Serviço Social; Trabalho e Serviço Social na Contemporaneidade. |

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| Oficina de Instrumental Técnico-Operativo I, II; TCC I, II, III; Oficina de Projetos Sociais. |  |  |  |
|---|--|--|--|

| <b>UFPI</b>  | <b>UFPA- Breves</b>   | <b>UFPA- Belém</b>  |
|--|---|---|
| Seminário de Introdução ao Curso de Serviço Social; Introdução ao Serviço Social; Fund. Histórico e Teor. Metodológico do Serviço Social I, II, III, IV; Seminário Temático I, II, III, IV; Ética Profissional; Processo De Trabalho Do Serviço Social I, II, III; Experiências Em Processos de Trabalho; Planejamento E Gestão De Políticas Públicas E Serviços Sociais; Pesquisa Social I, II; | Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I, II, III, IV, V; Oficina de Métodos e Técnicas da Pesquisa Social; Laboratório de Instrumentos e Técnicas do SS I, II, III; Seguridade Social I – Saúde; Seguridade Social II – Previdência; Seguridade Social III – Assistência Social; Pesquisa em Serviço Social I, II; Processos de Trabalho e Serviço Social; Laboratório de Políticas Sociais; Ética Profissional; Seminário Temático de Serviço Social e a Educação; Estágio Supervisionado I, II, III; | Fundamentos HTM do Serviço Social I, II, III, IV; Laboratório de Instrumentos e Técnicas do Serviço Social; Atividades de Extensão I, II, III; Dinâmica de Grupo e Relações Humanas; Pesquisa em Serviço Social I, II; Políticas Públicas e Serviço Social; Gestão e Planejamento em Serviço Social; Ética Profissional e Serviço Social; Processos de Trabalho e Serviço Social; Introdução ao Serviço Social; Estágio Supervisionado I, II, III; Supervisão de Estágio I, II, III; Seminário Temático I, II; Oficina de Elaboração de Projetos Sociais; |



|  |  |   |
|--|--|---|
| <p>Seminário De Prática I, II;<br/> Estágio Supervisionado I, II;<br/> Avaliação De Políticas Públicas E Projetos Sociais;<br/> TCC I, II.</p> | <p>Supervisão de Estágio I, II, III;<br/> Oficina de Elaboração de Projetos Sociais;<br/> Família e Serviço Social;<br/> Planejamento e Gestão social no Serviço Social;<br/> TCC.</p> | <p>Oficina de Estatística Aplicada ao Serviço;<br/> Trabalho de Conclusão de Curso.</p> |
|--|--|---|